

EDUCAÇÃO + pag/5

GOVERNO BURGUEÊS DE
LULA/ALCKMIN CONGELA
OS ORÇAMENTOS DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS

A LUTA PELA Autodeterminação

+ pag/6

**A vitória dos povos
originários em luta pelos seus
direitos virá da organização
e ação direta coletivas**



5º Acampamento Terra Livre – RR

GOVERNO DE FRENTE AMPLA DE LULA/ ALCKMIN ANUNCIA *MAIS ATAQUES* *ÀS MASSAS*, COM O CONGELAMENTO DE 31,3 BILHÕES DO ORÇAMENTO

EDITORIAL

pag / 3

**ABAIXO OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS!
ABAIXO O ARCABOUÇO FISCAL!**

SINDICAIS

SÃO PAULO

**DESFECHO DA GREVE
DO FUNCIONALISMO
MUNICIPAL**

+ pag/10

SÃO SEBASTIÃO / LN

**Campanha salarial
do SindServ
de São Sebastião**

+ pag/16

SINTER - RR

**A luta das oposições
pela organização
dos professores
em Roraima**

+ pag/12

INTERNACIONAL EDITORIAL

**Imperialismo bloqueia acordo
de cessar-fogo na Ucrânia**

*É necessária a **revolução proletária** para libertar
a humanidade e as forças produtivas da
decomposição e da barbárie absolutas.*

+ pag/21

INTERNACIONAL

**OS CURDOS E O
PKK: CAPITULAÇÃO
DA ORGANIZAÇÃO
DIANTE DO
IMPERIALISMO**

+ pag/27

NACIONAL

**A que objetivo serve
a campanha nacional
pelo "Plebiscito
Popular" pelo fim
da escala 6x1**

+ pag/4

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Governo de frente ampla de Lula/Alckmin anuncia mais ataques às massas, com o congelamento de 31,3 bilhões do orçamento

ABAIXO OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS! ABAIXO O ARCABOUÇO FISCAL!

 No início de 2025 a popularidade do governo de frente ampla despencou, com a re-provação ao governo ultrapassando a aprovação. A explicação está em que, de um lado, o mercado de trabalho, apesar de “aquecido” (desemprego em torno de 7%, um dos menores índices das últimas décadas), está marcado pelo crescimento exponencial da informalidade e precarização (41% da população ocupada), de outro, o governo se mostrou incapaz de controlar os preços dos alimentos, que seguem nas alturas (somente o café nos últimos 12 meses acumula alta de 80,2%). É o governo quem aprova as medidas que implicam em rebaixamento ou destruição de direitos, empregos e salários, e de que cresça mais e mais o repasse de recursos orçamentários para o capital financeiro. Está aí porque não havia como as massas não responsabilizar em alguma medida ao governo pela sua situação.

Enquanto o governo federal tentava reverter o tombo na popularidade, foi atingido pelo escândalo de corrupção no INSS e desvio das aposentadorias, em um esquema que vinha desde o governo Bolsonaro, mas permaneceu no governo Lula, e que retirou ao menos seis bilhões de reais dos aposentados e pensionistas.

GOVERNO ACENA COM A MÃO ESQUERDA

O plano do governo de frente ampla era reverter a queda da popularidade com duas medidas: Em primeiro lugar, saiu em defesa do projeto de lei prevenindo a isenção de imposto de renda para quem ganha salário de até R\$ 5.000, que embora seja uma medida progressista de desoneração dos assalariados, é uma medida paliativa, não reverte o caráter regressivo do sistema tributário (que cobra mais proporcionalmente de quem ganha menos) nem altera o caráter do governo de ataque às massas. Em segundo lugar, fomentou por meio do seu aparato nos sindicatos e movimentos sociais o Plebiscito Popular contra a escala 6x1 (ver matéria

na página 4), tentando se aproveitar da bandeira que conta com o apoio da maioria da população. A Frente Brasil Popular (CUT, MST, UNE, etc.) e a Frente Povo Sem Medo (MTST, etc.) ao mesmo tempo em que travam as lutas sindicais e populares nos movimentos que dirigem, vão agora às ruas de forma eleitoreira enquanto o governo federal em si não defende o fim da escala 6x1, que não avançará um palmo no Congresso Nacional se não houver pressão e mobilização popular nas fábricas, comércio e nas ruas.

AO MESMO TEMPO EM QUE GOLPEIA DURAMENTE AS MASSAS COM A MÃO DIREITA

No dia 15 de abril, o Executivo encaminhou ao Congresso a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, evidenciando o estrangulamento do orçamento público pelo Arcabouço Fiscal. Segundo estudos técnicos, mantidas as regras atuais, o Orçamento de 2027 será completamente inviável se forem mantidos os repasses dos mínimos constitucionais (pisos) para saúde (15% da receita corrente líquida) e educação (18% da receita dos impostos).

No dia 30 de abril, o governo publicou o Decreto nº 12.448/2025, que impôs severas restrições aos recursos destinados às Instituições Federais de Ensino, autorizando o Ministério da Educação a liberar, até novembro, apenas 61% do orçamento previsto para cada instituição de ensino superior.

Por fim, o Governo Lula anunciou no dia 22 de maio o congelamento de 15% do orçamento de 2025, no montante de R\$ 31,3 bilhões (10,6 bi serão bloqueados permanentemente e R\$ 20,7 bilhões serão contingenciados, podendo ser liberados no futuro), para garantir o Arcabouço Fiscal, medida essencial do seu governo de proteção ao parasitismo financeiro. O próprio governo, na figura de Renan Filho, ministro dos Transportes, anunciou o corte como “o mais robusto decreto de contingenciamento de todo o governo Lula”. Durante o anúncio do corte, os ministros Fernando Haddad da Fazenda e Simone Tebet do Planeja-

mento, informaram que o congelamento de 15% do orçamento era devido aos aumentos dos gastos com a previdência social, com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e com o Plano Safra. Destaque para a fala de Haddad que ao tratar do aumento dos gastos com a previdência disse que “a questão da previdência que ainda é um desafio no Brasil, apesar das várias reformas feitas”. O detalhamento de quais Ministérios e programas sofrerão os cortes será anunciado no início de junho.

Como se vê, para viabilizar o Arcabouço Fiscal, o governo de frente ampla precisa avançar nos ataques aos gastos sociais do orçamento público (saúde, educação, assistência social, reforma agrária, investimentos, etc), bem como avançar nas privatizações dos portos, petróleo, rodovias, presídios, educação, PPPs, aplicar planos de austeridade nas estatais, como anunciou nos Correios e na Petrobrás e avançar no entreguismo. É a política econômica de um governo de ataques aos explorados e de benefício lucrativo para os capitalistas: ou seja, de um governo de direita e reacionário - ainda que acobertado por medidas paliativas.

GOVERNO NÃO CONCILIA MAIS COM OS SINDICATOS E MOVIMENTOS

Nos primeiros governos de Lula (2003-2011) foram criadas mesas permanentes de negociações entre o governo, o patronato e os sindicatos. Na época, o Governo Federal estava diante de um período de crescimento econômico mundial, aumento dos preços das commodities, aumento das exportações, aumento do orçamento, etc. Assim, foi possível realizar um governo tipicamente de conciliação de classes, onde de um lado preservava os lucros recordes dos bancos, multinacionais e empresas nacionais, ao mesmo tempo em que, de outro, concedia aumento real do salário mínimo, manteve o desemprego em mínimas históricas, houve crescimento dos orçamentos para a reforma agrária, saúde, educação, assistência social, etc.

O quadro agora é inverso. A economia mundial patina entre a estagnação e a recessão estrutural desde a crise de 2008, a guerra comercial dos EUA contra a China gera mais “instabilidade” na economia mundial, as tendências bélicas se agravam ano após anos e a economia nacional luta para manter um crescimento pífio. Neste cenário, o governo aprovou o Arcabouço Fiscal, garantindo a proteção ao capital estrangeiro e ao parasitismo, comprimindo os gastos sociais, incluindo o funcionalismo.

Assim, o mesmo governo que abriu as mesas permanentes de negociação agora as fecha, se recusa a negociar, porque não tem mais nada a oferecer à classe operária e ao funcionalismo. Os servidores do INSS acusam o presidente da autarquia de se levantar da mesa de negociação após ouvir duas reivindicações, os petroleiros reclamam do governo federal ter fechado a mesa permanente e mentido sobre a participação nos lucros, os técnico-administrativos denunciam o governo federal de fechar unilateralmente o Grupo de Trabalho aberto com a greve de 2024 para análise da redução da jornada para 30h, e os trabalhadores dos Correios reclamam das medidas unilaterais da direção da empresa que anunciou um PDV, suspensão das férias, “reestruturação das carreiras” e ataques ao plano de saúde.

A ausência de mesas de negociação e instâncias de conciliação indicam

que a elevada centralização autoritária e estatização das centrais da base eleitoral do governismo é uma via de direção única: devem ser defendidas no interior dos sindicatos as políticas e medidas, abandonando as reivindicações das massas, abortando e traindo as lutas quando necessário.

EMBORA AS BUROCRACIAS SINDICAIS CONTINUEM CONCILIANDO COM O GOVERNO

Mesmo diante dos duros ataques do Governo Lula contra os salários dos servidores, sobre a carreira, contra os serviços públicos e contra as massas no geral, as burocracias sindicais e dos movimentos sociais se recusam a levantar as reivindicações em defesa dos direitos e salários. Isto porque estão em maior ou menor grau na defesa do “seu” governo. Sem independência política do governo não é possível levantar as bandeiras defensivas diante dos reiterados ataques, e menos ainda avançar na defesa dos direitos conquistados e obter novas vitórias com a luta de classes.

A UNE realizará o seu 60º Congresso em julho deste, enquanto o governo congela o orçamento e os repasses para as instituições de ensino superior. A CUT realizará sua 17ª Plenária Nacional enquanto o governo federal congela 15% do orçamento. Por serem duas entidades burocraticamente controladas pelo governismo, não farão uma crítica ao governo, pelo contrário, transformarão as atividades

em um palanque eleitoral para 2026. Assim como o governo Lula denuncia retoricamente o genocídio, mas mantém os acordos comerciais e diplomáticos com o sionismo, assim também os burocratas se queixam da situação degradante dos assalariados, mas continuam afogando a democracia sindical e traindo as tendências de luta em defesa da governabilidade burguesa.

É necessário, e com urgência, organizar as oposições sindicais classistas e avançar na construção de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos, movimentos e centrais, para defender os interesses imediatos dos assalariados, lutar contra os ataques dos governos e patrões e contra a burocracia sindical conciliadora e traidora que desvia a luta para os caminhos eleitorais.

Somente com independência de classe é possível defender os trabalhadores, impulsionando as lutas com o método da ação direta (assembleias, atos, ocupações, greves, etc.). A luta em defesa dos empregos, salários e direitos a partir dos métodos da luta de classes é a forma com que conseguiremos combater os ataques aos explorados e à maioria nacional, e assim abrirmos uma via para que a luta de classes dê um salto à frente, o que permitirá potenciar as tendências de combate à burguesia, sob o programa e estratégia revolucionária do proletariado. ●

NACIONAL

Avançam as Parcerias Públicos Privadas (PPP) no Brasil

As Parcerias Público Privadas são contratos firmados entre o Estado e o setor privado para a realização de obras e/ou prestação de serviços, geralmente envolvendo valores bilionários, por prazos longos, em que a capitalização feita pelo estado (financiamento e/ou subsídio público) é aplicada para obter lucros por meio da mais-valia arrancada na exploração de mão de obra contratada, ou diretamente investindo menos do financiamento estatal e se embolsando a diferença (não há cobranças de tarifas do “público”). Difere, portanto, da modalidade de concessão, em que há a previsão de uma tarifa, como nos casos das concessões de rodovias (pedágios) e dos Portos (tarifas).

A PPP é a forma mais recente de privatização, já que foi criada por lei em 2004, durante o primeiro governo Lula, tendo à frente da iniciativa o então assessor especial do Ministério do Planejamento, Fernando Haddad.

De 2004 até o início de 2024, foram assinados 323 contratos, no montante de R\$210 bilhões, a maior parte realizada por Prefeituras para iluminação pública e tratamento de resíduos sólidos.

De 2024 para 2025, no entanto, houve uma explosão no número de PPP's, aumentando 8 vezes. As PPP's avançam

para setores onde não havia “tradição”, como a Educação. Em 2013 foram assinados 12 novos contratos de PPP na educação. Em 2024 foram 91. Sempre financiados pelos bancos públicos, notadamente o BNDES, com juros subsidiados, mesmo quando são projetos municipais ou estaduais, como por exemplo, nas PPP's que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, anunciou na gestão de escolas.

Trata-se, como se percebe, de uma forma de privatização e de terceirização, já que uma obra ou serviço que deveria ser público (se for criado), ou que já era administrado pelo Estado, passa para as mãos da iniciativa privada. Nas décadas de 80 e 90 os reformistas (PT, PCdoB, etc.) caracterizavam as concessões (ainda não existiam as PPP's) como uma forma de privatização. Depois, no entanto, quando chegaram ao poder de Estado e continuaram o curso das privatizações, assumiram a postura entreguista de dizer que não é privatização porque a propriedade continua sendo do Estado, que apenas cede temporariamente o direito de exploração. ●

Abaixo as privatizações (PPP, concessões etc.)!

Abaixo as terceirizações!

A QUE OBJETIVO SERVE A CAMPANHA NACIONAL PELO “PLEBISCITO POPULAR” PELO FIM DA ESCALA 6X1 APRESENTADA PELAS DIREÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS GOVERNISTAS E SEUS ALIADOS?

A Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo, CUT, CTB, NCST junto aos movimentos populares (MST e MTST), estudantis (UNE), sociais (movimento negro) e religiosos (pastoral operária), assim como partidos (PT, Psol, PCB etc.) impulsionam um “Plebiscito Popular” para, como dissera o secretário nacional de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais da CUT, Milton dos Santos Rezende, “ouvir a opinião de trabalhadores e trabalhadoras sobre a redução de jornada de trabalho sem redução de salário, o fim da escala 6x1 e a isenção de pagamento de imposto de renda (IRPF) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês e aumento da taxa-ção para quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais (...)”.

Segundo disse Rezende no dia de seu lançamento, são “mais de 50 milhões de homens e mulheres que estão em trabalho precário, sem direitos sociais e sem previdência. A redução da jornada vem para isso, para incorporar o conjunto de trabalhadores com direitos e garantias sociais”. O principal objetivo do plebiscito é organizar comitês (municipais, regionais, por local de trabalho etc.) para recolher os votos e entregar os resultados “às lideranças dos Três Poderes” e, além disso, fazer pressão sobre o Congresso para que seja tratada a *Proposta de Emenda à Constituição (PEC)* da deputada Érica Hilton (PSOL), que visa a reduzir a escala 6x1 para outra de, no máximo, 36 horas semanais com quatro dias de trabalho (4x3).

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (Contracs), filiada à CUT, Julimar Roberto de Oliveira Nonato, “A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 são reivindicações históricas dos comerciários, já que a maioria dos trabalhadores do setor ainda enfrenta essas condições”. Disse também que existe consenso “de que a implementação de uma jornada de 36 horas com escala 4x3 proporciona uma significativa melhora na qualidade de vida da categoria”. Contestando empresários que afirmam que o fim da escala 6x1 significaria uma redução

da competitividade das empresas e de seus lucros, a economista Marilaine Teixeira, afirmou: “o fim da escala 6x1 não representa mais custos para as empresas” porque “já têm condições de absorver”. O problema é que os patrões “não querem repartir” os “ganhos de produtividade com os trabalhadores”, disse. E naqueles casos em que é aplicada, como demonstram as experiências na Europa (ver nota do OI 24, “Centristas e reformistas se recusam a lutar pelo fim da escala 6x1 (...)”, de fevereiro de 2025), as empresas “absorveram essa redução por meio do aumento da produtividade”.

As burocracias sindicais se negaram a participar e apoiar o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) que, em 2024, organizou massivos protestos por todo o país pelo fim da escala 6x1. Não obstante, dezenas de milhares de trabalhadores exigindo o fim das jornadas estafantes alertaram à burocracia e aos partidos de base de governo burguês de Lula que o movimento poderia ganhar mais força e se chocar contra o governo que defendem. E se bem deviam agir para impedir suas projeções radicalizadas, compreenderam também que o movimento poderia servir às manobras parlamentares e eleitorais. A cooptação da direção do VAT pelo Psol permitiu à burocracia e às direções governistas cumprirem o objetivo de desviar o movimento da luta de classes e arrastá-lo por trás das manobras parlamentares.

A virada oportunista dos partidos e centrais governistas tem um objetivo político eleitoral: procurar reverter a queda nos índices de aprovação do governo burguês de Lula e servir à campanha eleitoral de 2026, sobretudo, entre as camadas mais precarizadas e miseráveis dos assalariados. Como disse Santos Rezende no dia do lançamento do Plebiscito, “É um momento de fazer disputa política e ideológica”. Não é por acaso que Lula agora afirmasse que “defendia” se realizasse o debate pelo fim da escala 6x1. Como será o Congresso que deverá aprovar ou não a PEC, caso seja rejeitada, as burocracias poderão culpar a direita e assim chamar o voto nos candidatos

governistas para ser maioria no Congresso etc.

A luta pela redução da jornada de trabalho (sem redução de salários) é parte da luta entre operários e burgueses pela apropriação da mais-valia. A extensão e intensificação da jornada de trabalho, se apropriando de uma maior quota parte da mais-valia, são vitórias dos capitalistas. A redução da jornada de trabalho e aumento salarial, e apropriando de uma quota parte do trabalho que lhes foi expropriado, são vitórias dos operários. Essas mudanças nas relações de força não são produto das mudanças legislativas: são impostas na luta de classes e logo traduzidas na linguagem jurídica. Foi assim que se conquistou a lei das 8 horas. Pode-se inclusive apoiar um plebiscito quando serve de meio subordinado à luta de classes visando, por exemplo, estender o apoio a uma luta grevista colocando de conhecimento de setores do proletariado seu conteúdo e objetivos.

O plebiscito dos burocratas e dos partidos governistas desvia o movimento da luta de classes e os arrasta a se subordinar às instituições burguesas que só desferem ataques sobre os trabalhadores. Serve ainda de base às manobras eleitorais de petistas, estalinistas e aliados em apoio da frente ampla burguesa. Confirma-se nossa caracterização da nota acima referida: “Transformar os movimentos em base de apoio à pressão parlamentar para aprovar a PEC é ser cúmplice dos ataques às condições de vida das massas, que se processam nas instituições burguesas com apoio dos reformistas vendidos”.

São muitos os setores de assalariados que arcam com jornadas 6x1, 9x1 etc. Trata-se, assim, de organizar a luta nacional e unitária sobre a base das assembleias de base e democráticas que aprovem um plano de lutas unificado e os métodos para impor aos patrões, governo e deputados a redução da jornada sem redução de salários, combatendo o governo burguês de Lula/Alckmin que continua aplicando a reforma trabalhista que legalizou regimes de trabalho análogos à semiescravidão. ●

Governo burguês de Lula/Alckmin congela gastos, atacando os orçamentos das universidades federais. Enquanto isso, a direção da UNE faz um Congresso burocrático e de capitulação ao governo federal

O governo, através do ministro Fernando Haddad, publicou na última semana de maio o decreto que congela gastos no ensino superior. As universidades federais tiveram seu orçamento anual reduzido a 61% até novembro, na prática cortando os 39% restantes. Isso significa um golpe muito duro para as instituições de ensino, que já estavam combatidas por anos sucessivos de sucateamento e diminuições nos orçamentos.

Após o anúncio do congelamento de R\$ 31,3 bilhões do orçamento de 2025, o governo disse que tal congelamento não atingirá a pasta da educação, e que o decreto anterior que reduzia o orçamento da educação seria revertido, sem entrar em detalhes.

Esses ataques não vêm isolados nem são conjunturais. Fazem parte de um conjunto de ataques do governo Lula à educação pública. Dentre eles, podemos citar a regulamentação do Novo Ensino Médio, a aprovação do uso quase indiscriminado de EaD, inclusive na educação básica, o que levou a estados como São Paulo inserir 40% de carga online, em substituição à presencial. Também sancionou os “projetos de vida” e “itinerários formativos” nos currículos, que em sua essência se trata de uma tentativa de lavagem cerebral para as crianças e jovens assimilarem o “empreendedorismo”. Ou seja, se adaptarem aos trabalhos precarizados sem vínculo estável de emprego ou a sobreviver miseravelmente como pequenos comerciantes, sobrevivendo à míngua e sem perspectiva de futuro.

Vale lembrar que no ano passado o governo Lula combateu a greve dos professores e funcionários das federais, usando do ProIfes (sindicato bônico, dirigido pelo próprio PT) para assinar acordos rebaixados e impor o divisionismo no movimento grevista, o que levou a burocracia do SINASEFE a se diferenciar um pouco do petismo, mas que, ainda no campo de conciliação, encerrou a greve acreditando em promessas do governo. Essas promessas

ficam agora soterradas diante do congelamento brutal do orçamento por parte do governo. As direções burocratizadas rejeitaram radicalizar e nacionalizar a greve para derrubar o Arcabouço Fiscal. Agora é o governo que se utiliza desse para sucatear a educação. Assim, fica claro que a burguesia não tem nada a oferecer às massas além das políticas de ataques às condições de vida, todas elas condicionadas pelo assim chamado “arcabouço fiscal”, pomposo nome para justificar todo o conjunto de medidas privatistas, que atacam o bem público em proveito privado da burguesia monopolista.

É nesse quadro de ataques que a direção da UNE, majoritariamente nas mãos da UJS (PCdoB), segue seu caminho de capitulação e colaboração aberta com o governo. Fará o seu 60º Congresso cercada de acusações da oposição, nomeadamente da Correnteza (UP) e da Faísca Revolucionária (MRT), de que impediram a participação de chapas legítimas, que usaram as comissões eleitorais para publicar editais impossíveis de serem cumpridos, enfim, que fizeram de tudo para esvaziar o movimento do debate livre das ideias e programas. Em sua Tese, distribuídas pelas direções estaduais aos Diretórios Acadêmicos, limita-se a falar em recomposição do orçamento, mas não apresenta qualquer proposta de mobilização. Sua atuação é sempre no sentido da pressão parlamentar, apelando aos padrinhos e caciques partidários, fazendo cerimônias de beija-mão, cantando vitórias que não existem - acobertando as derrotas. A direção da UNE se encontra assim, plenamente estatizada pelo governo burguês de frente ampla. Não apenas é incapaz de transformar suas promessas em ações, como é cúmplice dos ataques do governo ao bloquear e desviar a luta pelas reivindicações.

No IFSP-Caraguatatuba, a UJS é um exemplo claro do dito acima: perdeu o controle majoritário do Diretório através das eleições democráticas, mas segue atuando para dividir os estudantes. Através do assim chamado

movimento “O IF faz tudo”, a UJS junta estudantes, funcionários e professores no mesmo balaio, usando da estrutura da direção estatal, e fazendo com isso campanha aberta pelos seus padrinhos em todos os *campi*. Fizeram campanha pela reeleição do atual reitor do IFSP, Silmário. E fazem campanha pelo Restaurante Universitário, indo beijar a mão da vereadora local do PT. Estão também atuando pela direção do IF – Caraguatatuba, impulsionando suas ações e se apresentando falsamente como “representantes” dos estudantes nos organismos criados pela direção, para fazer uma farsa democrática, objetivando apoiar a burocracia do IF que vem atacando os estudantes, retirando seus direitos etc.

Cabe aos estudantes organizar a luta contra o arcabouço fiscal, a luta por universidade pública e gratuita para todos que querem estudar, a luta pelas condições de vida e de permanência estudantil, que incluem a alimentação e moradia dos estudantes. Essa luta é também contra as direções estudantis pelegas e traidoras. Somente o Partido Revolucionário ergue bem alto essas bandeiras, que são as mais sentidas pela juventude oprimida, e que congregam a todos na unidade e na democracia estudantil. ●

FOLHETO
NOVO!



**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

Adquira com nossos militantes!



V Acampamento Terra Livre – RR

A vitória dos povos originários em luta pelos seus direitos virá da organização e ação direta coletivas, enquanto sua autodeterminação será conquistada com a revolução

Este artigo é o primeiro de uma nova seção de nosso jornal dedicada às lutas dos povos indígenas e para apresentar e elaborar as bandeiras e métodos que impulsionam sua luta contra o estado burguês e a burguesia pela conquista de seus direitos e reivindicações. É parte ainda da tarefa da elaboração contínua do programa, cujas bases principistas e teóricas gerais foram aprovadas pelo I Congresso do PPRI, realizado em abril deste ano. Nele, nos deparamos com a importância de começar um estudo científico e sistemático sobre a história, a luta, os objetivos políticos e as reivindicações das centenas de povos originários que estão combatendo por seus direitos e territórios. Não há como desconhecer ou negligenciar as particularidades dessa luta e de sua organização própria ao elaborar as reivindicações a serem defendidas pelo proletariado, visando assim ajudar aos povos originários a se aproximarem do programa e estratégia proletários que lhes garantirá sua verdadeira e real autodeterminação nacional.

V ACAMPAMENTO TERRA LIVRE EM RORAIMA (ATL/RR)

No dia 19/05, encerrou a quinta edição do ATL, que fora realizado por 15 dias na Praça Ovelário Tames Macuxi, no Centro Cívico da capital de Roraima, Boa Vista. 5 mil pessoas de 11 regiões do estado celebraram plenárias e discutiram os pontos da pauta a ser defendida perante os governos. Foi também eleito o novo Conselho Indígena de

Roraima (CIR). Como assinala Eli-nha Macuxi, liderança da região Serras, o ATL focou-se em discutir “nossos direitos à educação, saúde, defendendo o nosso bem viver”.

Durante duas semanas seguidas, lideranças e membros dos povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Ingari-kó, Saporá, Wai Wai, Yanomami, Yekuana e Patamona, das regiões da Serra da Lua, Murupu, Wai Wai, Alto Cauamé, Tabaió, Amajari, Serras, Surumu, Yanomami, Baixo Cotinho e Raposa; das organizações indígenas como o CIR, a Organização Estadual dos Professores Indígenas, a Organização Estadual das Mulheres Indígenas e a Kuaikiri (organização dos indígenas da cidade), discutiram e aprovaram o programa de reivindicações a serem defendidos perante o estado e os governos.

No encerramento, se fez a leitura de uma Carta direcionada às autoridades, parlamentares e ao governo Lula. Nela, assinala-se que as terras indígenas “continuam sendo cobiçadas, e se deixarmos de lutar, perderemos nossos territórios e o direito de viver livres”. E é por isso que o ATL prioriza a unidade dos povos para o movimento ter maior força, constituindo-se ainda em “um espaço legítimo de tomada de decisões”. Defende-se ainda o direito a contarem com uma “saúde indígena administrada com respeito aos nossos direitos, fortalecendo nossos polos de saúde, agentes indígenas e demais profissionais que atuam em nossas comunidades”. Quanto à Educação, denuncia seu esvaziamento e se exige a “construção, reforma e ampliação das es-

colas”, além da “fiscalização urgente do transporte escolar, que se encontra em condições precárias e sucateadas”. Fundamentalmente, destacam-se como principais reivindicações imediatas: **1)** o arquivamento da PEC 48 que instituiu a tese jurídica do Marco Temporal; **2)** se declare inconstitucional a Lei 14.701/2023 (Marco Temporal); **3)** se aplique o *Protocolo de Consulta Prévio* que institui a obrigatoriedade do governo consultar (com caráter vinculante) os povos originários sobre decisões administrativas e legislativas que afetem seus direitos; **4)** a imediata demarcação das terras Piririti, Anaro e Arapuaá, bem como o reconhecimento da posse tradicional dos povos Manóá/Pium, Pium, Truaru e Anaro; **5)** fechamento da *Câmara de Conciliação* no STF por ter servido aos capitalistas para impor seus interesses e continuar roubando terras enquanto não há demarcação; **6)** rejeitar a exploração petrolífera e construção de hidroelétricas em territórios indígenas.

Também no encerramento teve a saudação de Gabriel Wapichana, liderança da juventude na região Amajari, a “conquista do movimento indígena” pela eleição de Letícia Monteiro da Silva, do povo Taurepang, como “a primeira mulher indígena assumindo a coordenação do DSEI” (Distrito Sanitário Especial Indígena Leste, de Roraima). Porém, fechamos esta nota quando nós noticiamos que o governador Denarium (Progressistas) teria rejeitado a indicação sob pressão da bancada parlamentar de Republicanos de RR, designando no lugar a enfermeira Lin-

dava Lopes Marques. É importante assinalar que a nomeação de Letícia Monteiro da Silva resultou da ocupação pelos povos indígenas do DSEI para que se designasse o candidato eleito por eles para garantir a aplicação de políticas de atenção básica e acesso aos serviços de saúde para as comunidades, “respeitando suas especificidades culturais”. O golpe do governador será derrotado caso os povos indígenas recorram mais uma vez à ação direta.

Os povos indígenas mobilizaram também até a SEED (Secretaria de Educação) para se atendessem as reivindicações específicas da Carta que dizem respeito à Educação Escolar Indígena, sobretudo, que se garantisse imediatamente merendas escolares de melhor qualidade, se contratasse mais professores e que se respeite as tradições dos povos no currículo escolar.

ILUSÕES DEMOCRÁTICAS X AÇÃO DIRETA

Existem no interior do movimento duas tendências antagônicas: impulsionar a luta legalista e institucional via acordos negociações com o estado burguês, como exemplifica o conteúdo da Carta; ou recorrer aos métodos da ação coletiva de massas que entra em choque com a legalidade e institucionalidade da burguesia, como demonstrou a ação realizada para impor ao governo a escolha do Coordenador para o DSEI. Essa contradição reflete, portanto, a cooptação da maioria das lideranças indígenas para a política de colaboração de classes dos partidos eleitoreiros, como o Psol, de um lado; e a pressão das condições objetivas marcadas pela perda constante de territórios e direitos que os empurram a garantir seus direitos e impor suas reivindicações se apoiando na luta de classes, de outro.

Concluíamos esta nota quando fomos noticiados que o Senado (quarta-feira, 28 de maio) aprovou a suspensão dos efeitos legais e jurídicos de dois decretos assinados pelo presidente Lula que demarcavam terras indígenas em Santa Catarina (RS), na região de Morro dos Cavalos, na Grande Florianópolis, e de Toldo Imbu, em Abelardo Luz. Isto acontece dez dias depois de encerrado o V ATL, demonstrando (mais uma vez) que as ilusões democráticas no Congresso e nas instituições da burguesia estão

fadadas a levar ao movimento a amargar mais derrotas. Trata-se do mesmo órgão do Congresso que aprovou o Dia da Amizade entre Brasil e Israel em meio ao genocídio palestino. O estado brasileiro é signatário por ação política e por interesses econômicos dos genocídios dos povos oprimidos em favor dos negócios da burguesia imperialista e nativa. Seguir mantendo ilusões nessa via desarmará os povos indígenas.

A via dos métodos da ação direta e da organização democrática a partir de seus próprios organismos é o caminho para impor as reivindicações. Um exemplo imediato e prático disso foi a ocupação por 22 povos indígenas junto aos professores da Secretaria de Educação de Pará, que levou à derrubada da lei 10.820/2024, do governador Barbalho, que sucateava a educação e desmontava o SOMEI (Sistema Modular de Ensino Indígena), em benefício dos negócios de capitalistas introduzindo o EaD. A vitória dos povos indígenas na defesa dos direitos e territórios, mais do que nunca, está na luta extraparlamentar, nos métodos da luta de classes e na unidade com os explorados e oprimidos.

A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE ENTRE OS POVOS ÍNDIGENAS JUNTO AO PROLETARIADO E DEMAIS OPRIMIDOS

No processo de colonização, iniciado há 500 anos, os povos originários foram dizimados e despojados de seus territórios ancestrais, direitos etc. Hoje, lutam para manter o pouco que lhes resta de seus territórios e, desse modo, poder preservar sua cultura e seus meios de vida. O estado burguês, que representa os interesses de seus inimigos, sequer lhes garante sua sobrevivência e, muito menos, recupera suas terras roubadas nos últimos anos. A Lei do Marco Temporal vem acirrar essa ofensiva dos capitalistas, da polícia e das gangues pagas pelos latifundiários e garimpeiros para esmagar e massacrar os povos que decidem defender suas terras.

Como afirmamos no OI nº 13 (nota “Aumenta o sofrimento dos YANOMAMI, ainda sob o governo Lula”), de março de 2024, “A unidade entre os indígenas e os camponeses pobres, e destes com os explorados das cidades, é a força que pode deter o avanço dos capitalistas, legais

ou ilegais, sobre as terras dos indígenas. Nada se deve esperar dos governos ou do parlamento e da justiça burgueses.” Eis porque “A autodeterminação dos povos indígenas e a libertação dos povos de todas as opressões só vai ocorrer numa sociedade em que a terra não seja mercantilizada, numa sociedade socialista”. É procurando o apoio dos assalariados e camponeses pobres e sem-terra, recorrendo à ação direta e coletiva, que se abrirá uma via efetiva para impor suas reivindicações, como aconteceu no Pará.


O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SERÁ CONQUISTADO COM A ESTRATÉGIA E MÉTODOS REVOLUCIONÁRIOS

A autodeterminação nacional dos povos originários é parte das tarefas democráticas pendentes que a burguesia já não mais realizará, como já o demonstram as últimas décadas de contínua perda de direitos e territórios, seja sob governos direitistas, seja sob governos ditos de esquerda (PT e aliados).

Essa reivindicação é parte indissolúvel do programa da revolução e ditadura proletárias e não se confunde com a revolução agrária que tem por fundamento a nacionalização das terras, socialização da grande produção agrícola e entrega de parte da terra em usufruto ao camponês pobre e sem-terra. Como assinala nosso programa (aprovado em abril de 2025), “É parte dessa luta ainda a inclusão no programa do proletariado e seu partido revolucionário o direito dos povos e nações indígenas a reivindicarem a terem posse efetiva das terras que considerarem suficientes ao desenvolvimento de sua língua, instituições sociais e atividades econômicas”. Esse direito lhes é negado pelo estado burguês, mas o estado operário produto da revolução proletária o terá de incorporar em suas medidas, garantindo assim sua progressiva integração ao estado operário na forma de uma federação junto “de todos os povos indígenas que decidirem pela sua autodeterminação nacional”. Isto é, seu direito à autodeterminação e separação (se assim decidirem) “devem ser defendidos pelo proletariado em sua luta contra os latifundiários e a grande burguesia agroindustrial, combatendo os métodos burgueses de demarcação e de marginalização geográfica que agrava sua decomposição”. ●

77 anos da Nakba | Ato 17 de maio SP |

É necessário abandonar o legalismo e eleitoralismo burguês e desenvolver a luta de classes para impor ao governo Lula *a ruptura de todas relações com Israel*, e assim ajudar aos palestinos a derrotar os genocidas

 O ato pelos 77 anos da criação do estado genocida e colonial de Israel como enclave imperialista reuniu não mais de algumas centenas de militantes de partidos, correntes sindicais e movimentos populares, além de ao menos uma dezena de membros da comunidade palestina e libanesa. Se comparado ao ato do ano passado, houve um claro retrocesso. Isso obriga a avaliar suas causas.

O ato aconteceu em meio ao desfecho de uma ofensiva geral do sionismo para apagar definitivamente os palestinos do mapa, acirrando o holocausto palestino visando roubar todos os territórios e recursos da Palestina ocupada. Implementa-se de forma decidida a “solução final” dos sionistas para a completa limpeza étnica dos palestinos. Aconteceu quando mais de meio milhão de manifestantes tomaram as ruas da Inglaterra para exigir a ruptura total entre o governo britânico e o estado fascista de Israel. Aconteceu quando na Alemanha, Bélgica, EUA, Espanha, Noruega, Dinamarca etc., voltam a ser massivas as mobilizações pela vitória dos palestinos. Os governos francês e britânico, além do espanhol, foram obrigados a ameaçar romper laços diplomáticos e econômicos com Israel, sob pressão das mobilizações e greves que atingem as empresas sionistas e seus parceiros. Apesar da farsa dessas manobras (continuam enviando armas e financiando o genocídio), ficou claro que são obrigados a tomar medidas cosméticas ou ultralimitadas sob ação das massas e da pressão da luta de classes.

O ato de 17/05 pôs à luz do dia os limites colocados ao movimento quando estão ausentes as massas exploradas e oprimidas erguendo suas bandeiras e desenvolvendo seus métodos da ação direta para impor ao governo Lula a ruptura dos acordos entre Brasil e Israel. Sem essa ação decidida dos explorados, não há como frear a tendência dos atos se transformarem em protestos simbólicos e impotentes. E isso é de responsabilidade da política democratizante das direções e partidos majoritários da

Frente Palestina São Paulo (FPSP) e da Frente Brasileira pela Palestina. Apoiam a Lula por denunciar o genocídio, mas tentam acobertar sua responsabilidade e cumplicidade ao permitir que se envie petróleo, compre armas etc. O que dirão agora que seus parlamentares aprovaram junto da ultradireita o “Dia da amizade” entre Brasil e Israel, unanimemente, no Congresso Nacional? Tratam-se dos mesmos parlamentares que, supostamente, são defendidos por serem “aliados” na causa palestina. A dupla moral do governo lhe corresponde a dupla moral desses parlamentares que acreditam que é possível defender os palestinos e, ao mesmo tempo, conciliar com seus verdugos.

Enquanto esse show de horrores se realiza de forma impune, as direções e correntes governistas (PT, MST, Psol) e centristas aliados desses (PSTU, PCBR etc.) no movimento pró-palestina, continuam se negando a desenvolver uma ampla campanha no interior dos sindicatos para que se votem em suas assembleias medidas de apoio e ação direta contra o genocídio. Não o querem fazer porque significaria mobilizar a classe operária, camponeses, juventude oprimida etc. contra o governo. A defesa eleitoral do governo tornou-se uma moeda de troca que subordina a derrota do sionismo à governabilidade burguesa de Lula, que continua sendo cúmplice no holocausto palestino.

Em meio ao genocídio não pode haver entre aqueles que defendem a vitória dos palestinos uma posição dúbia ou intermediária perante um governo que, econômica e politicamente, mantém acordos com os genocidas. Não duvidamos do genuíno objetivo de ajudar à vitória dos palestinos dos que participam do movimento palestino; mas quando se submetem a defender o governo acabam servindo de apoio ao governo que apoia e financia o genocídio. A dupla moral governista se reflete na contradição gritante dos movimentos e partidos da base de apoio ao governo de frente ampla da burguesia.


A experiência demonstrou que a política reformista e de subserviência podem

servir para manter presente a denúncia do genocídio com atos medidas cosméticas ou simbólicas; mas são impotentes para ajudar aos palestinos na luta contra o sionismo em nosso país. O que sim aconteceria com greves nas empresas e locais onde os interesses econômicos sionistas fossem diretamente afetados; se houvesse bloqueios de portos e aeroportos negando envio de petróleo para Israel; ocupando as universidades e impedindo funcionem os acordos acadêmicos, obrigando com atos e manifestações à embaixada sionista no país a reduzir suas atividades internas de perseguições e criminalização de membros da luta pela palestina etc.

Está aí o porquê que a FPSP e a Frente Brasileira pela Palestina têm a obrigação moral e política de abandonar a política de conciliação e a proteção descarada do governo Lula, deixando ainda a um lado os métodos parlamentares e legalistas, e organizar as massas para o combater e impor a ruptura total de todas as relações com Israel. Não é a governabilidade de um governo que ataca os trabalhadores que deve importar, e sim a derrota do sionismo em nosso país!

Chegou o momento de dizer claramente: ou o governo Lula rompe de vez com Israel, ou as massas terão de romper com o governo para obrigá-lo a tomar medidas. A vida e direitos dos palestinos do ponto de vista histórico, político e moral estão muito acima dos mesquinhos cálculos eleitorais! O governo burguês de Lula nunca tomará a decisão de romper com Israel se as massas não a impuserem com seus métodos próprios de luta. Isso será obra das massas, não das manobras eleitorais. Mas, para isso, é necessário que a política revolucionária trave uma dura luta para estas conquistarem sua independência de classe e romperem com os governos e instituições da burguesia. A crítica contra os aliados reformistas e centristas nos movimentos está orientada a ajudar a vanguarda com consciência de classe a romper com o democratismo, aproximando-as da estratégia revolucionária socialista. ●

CSP-CONLUTAS DEFENDE A TAXA NEGOCIAL, NOVA ROUPAGEM DO IMPOSTO SINDICAL

 No Jornal anterior, OI nº 27, de maio, publicamos uma matéria intitulada “Burocracia Sindical retoma o imposto sindical (sob nova roupagem, chamado agora de “taxa negociada” ou “contribuição assistencial”) na qual denunciávamos a burocracia sindical da CUT por ter abandonado a bandeira de fim do imposto sindical e de estar retomando o mesmo sob a forma de taxa negociada.

A CSP-Conlutas, criada em 2010 (embora tenha a sua origem em 2004 no processo divisionista da CUT, dirigido pelo PSTU), segue o mesmo caminho de defesa da taxa negociada, embora historicamente em todos os seus Congressos tenham sido aprovadas resoluções contra o imposto sindical:

///

...

O PSTU e os centristas no geral caracterizam o imposto sindical apenas pelo seu aspecto formal (imposição estatal), “esquecendo” do seu conteúdo (incidir compulsoriamente sobre os filiados e não filiados).

No 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, em 2012, foi aprovada a bandeira de “fim do imposto sindical”.

No 2º Congresso, em 2015, além da bandeira, foi aprovada uma Resolução sobre o tema, que diz sobre a importância de lutar contra a estrutura sindical corporativa. Diz: “Se não combatermos permanentemente essa estrutura sindical, fatalmente acabaremos nos adaptando a ela e foi esse tipo de adaptação que provocou a destruição da CUT enquanto central independente. Nisso tem particular importância o imposto sindical e, nessa questão em especial, temos total acordo com o companheiro José Maria de Almeida: ‘(...) O sindicato, para ser

independente, deve depender apenas de financiamento oriundo dos trabalhadores, decidido democraticamente em suas instâncias. Isso pressupõe acabar com o imposto sindical ou qualquer outra fonte compulsória de arrecadação de recursos para os sindicatos. Tratam-se, na verdade, não de fontes de financiamento da luta dos trabalhadores, mas sim fontes de reprodução da burocracia sindical (grifos nossos)”. Neste Congresso houve as deliberações de desenvolver uma campanha pública e permanente contra o sindicalismo corporativo, fazer um levantamento dos sindicatos filiados à Conlutas que recebiam o imposto sindical, combater o recebimento do imposto sindical e, quando houver recebido, orientar pela devolução a todos os trabalhadores (filiados ou não filiados).

No 3º Congresso, em 2017 (ocorrido após a reforma trabalhista que aprovou o fim do imposto sindical) a Resolução aprovada denuncia que as burocracias sindicais não lutam contra as contrarreformas trabalhista e previdenciária, “preferem negociar com o governo e Congresso de corruptos uma Medida Provisória para garantir a volta de uma contribuição sindical que substitua o Imposto Sindical, extinto com a Reforma Trabalhista”. E reforçam que é preciso manter a “autonomia e independência financeira, reafirmando posição contrária ao Imposto Sindical, lutando pela extinção deste.”

No 4º Congresso, em 2019, houve o reforço de que “A CSP-Conlutas sempre se posicionou contrária ao chamado imposto sindical (contribuição sindical compulsória) por significar um atrelamento em relação ao Estado, gerar uma série de sindicatos ‘fantasmas’ sem representatividade e interessados apenas em abocanhar esses recursos. Por isso, em congresso da Central aprovou-se resolução com orientação para que as entidades devolvessem esse dinheiro aos trabalhadores da base. Apesar de não termos acordo com este tipo de imposto, sempre nos posicionamos contrários

às mudanças feitas pela reforma Trabalhista, como em relação às contribuições sindicais e a MP 873. Isto porque, em nosso entendimento, são os trabalhadores que devem decidir soberanamente em suas assembleias as formas de sustentação de suas entidades e não o Estado, seja pelo Executivo ou Parlamento”.

No entanto, no 5º Congresso, em 2023, houve uma votação e aprovação por ampla maioria da taxa negociada, defendida pelo Bloco Classista, Operário e Popular, dirigido pelo PSTU, com a justificativa de que não se tratava do imposto sindical, já que não era uma imposição do Estado, e que esta fonte de financiamento é importante para a realização das atividades sindicais (congressos, campanhas salariais, etc.).

O PSTU e os centristas no geral caracterizam o imposto sindical apenas pelo seu aspecto formal (imposição estatal), “esquecendo” do seu conteúdo (incidir compulsoriamente sobre os filiados e não filiados). A taxa negociada é parte integrante da discussão da reforma sindical que vem sendo negociada no Congresso (ver notas nos jornais: OI nº 3 de maio de 2023; OI nº 7 de agosto de 2023 - sobre a taxa negociada -, OI nº 11 de janeiro de 2024 - STF aprova constitucionalidade da taxa negociada). Ou seja, deve ser aceita como regra de financiamento para os sindicatos terem seus registros atualizados. Note-se que a taxa negociada também é uma imposição do estado, que o PSTU aceita apenas porque mudaram o nome e, ao invés de decidir o estado a porcentagem, serão as assembleias. Ao aceitar, a Conlutas aceita ainda impor essa exigência do estado aos não filiados, de forma compulsória. Por qualquer lado que se avalie, a posição do PSTU é, como eles criticavam, uma capitulação à intervenção do estado. Diferentemente, a política revolucionária implica na defesa da independência e autonomia do movimento sindical do estado burguês, portanto contra qualquer norma que regulamente e enquadre o movimento operário, mas também deve

continua →

se apoiar inteiramente na sustentação dada pelos trabalhadores filiados, conscientes.

A burocracia sindical, seja de direita ou de esquerda, vem utilizando as assembleias para jogar a vanguarda que se mobiliza contra a parcela dos trabalhadores que não se mobilizam, quando deveria pensar em campanhas de filiação, comandos de base para conscientizar este setor e trazê-lo para a luta organizada. Sob o argumento da necessidade de sustentação do apa-

rato sindical (assembleia, congressos, manifestações, greves, etc.), encaminham em assembleias a medida de cobrança sobre os não filiados, estabelecendo as taxas negociais, ratificando a manobra da burocracia governista, ainda que com um discurso à esquerda.

A posição expressa o centrismo do PSTU, que oscila entre as posições marxistas e as reformistas, bem como enquadra a CSP-Conlutas dentro do burocratismo sindical, embora sua direção procure se

colocar à esquerda e crítica da CUT.

Nós do PPRI, expressando a tendência histórica de luta revolucionária dos trabalhadores, levantamos a bandeira de fim do imposto sindical, ou seja, fim da intervenção do estado burguês nos sindicatos e contra a cobrança compulsória sobre os não filiados. Defendemos que os sindicatos devem ser mantidos com o dinheiro dos seus filiados, conscientemente, sob concordância e fiscalização dos próprios trabalhadores! ●

Desfecho da greve do funcionalismo municipal de São Paulo e a continuidade da política privatista de Nunes/MDB

No OI nº27 já apresentamos um balanço parcial da greve do funcionalismo municipal de São Paulo. Neste sentido, cabe aqui fazer uma avaliação do desfecho da greve a partir de um acordo extremamente rebaixado, que abriu caminho para continuidade da implementação da lei 18.221/2024.

Conforme já prevíamos, a greve tanto da educação como dos demais setores do funcionalismo foi encerrada no dia 06/05, por meio de duas assembleias separadas, uma do Fórum das Entidades do funcionalismo em mesa de negociação com a secretaria de gestão na prefeitura e outra dos sindicatos da educação (COEDUC) em mesa de negociação com a Secretaria Municipal de Educação (SME-SP). O protocolo de negociação apresentado pelo governo foi o mesmo, um protocolo extremamente rebaixado, semelhante aos das últimas greves, em que o elemento central é o pagamento dos dias parados, vendidos pela burocracia como “vitória moral”. Os demais itens não passam de promessas ilusórias, tais como: abertura de diálogo por meio de grupos de trabalho (GTs), ofertar formações e manter esforços para ampliar os recursos humanos. Vale ressaltar, que o item 14 do acordo - “Ofertar formação para gestores das unidades prioritárias” levou a intervenção do governo na gestão das escolas logo após o encerramento da greve, ponto que trataremos mais adiante.

Na assembleia da COEDUC, onde buscamos intervir pela Unidade Independente Classista e Combativa (UICC), fomos impedidos de falar no caminho de som, tendo mais de 50 falas ao lon-

go do ato, em que todas as correntes de oposição (PSOL, PSTU, POR, MRT, Vozes da Base, etc.) puderam se pronunciar, com exceção apenas da UICC, que tinha duas militantes inscritas, da CSM-GL/PPRI e da LOI, pois a burocracia manipula a lista de inscritos preenchendo com os diretores das 3 entidades justamente para impedir algumas falas. Compreendemos que não foi mera coincidência apenas a UICC mais uma vez não ter direito a fala, é reflexo da nossa política, hoje a única política de enfrentamento direto à política de traição das burocracias sindicais.

(...) a privatização da gestão das escolas também vai ao encontro do objetivo de desarticular as escolas nos movimentos de greve (...) a gestão privada não apenas irá favorecer a mercantilização da gestão escolar, mas ajudará o governo a desarticular as lutas dos trabalhadores e avançar na destruição das conquistas trabalhistas.

Quando os diretores sindicais retornaram da mesa de negociação, se instalou a assembleia, e a partir desse momento apenas quem faz parte da direção pode se manter em cima do caminho de som e intervir na assembleia. A burocracia

fez a defesa do protocolo de negociação colocando o pagamento dos dias parados como uma “vitória moral” diante da ofensiva do governo em judicializar a greve. Em seguida, em uma clara manobra, encaminhou primeiramente a aceitação ou rejeição do protocolo, sendo aprovada a aceitação, que na prática também aprovava o fim da greve, já que esse era um elemento condicionante do protocolo. Mesmo assim, de forma hipócrita e demagógica foi aberta a defesa da continuidade ou não da greve. Dentre os membros da direção, apenas o PSTU se pronunciou defendendo a continuidade da greve sob o argumento de que ainda havia disposição da categoria para seguir na luta contra a revogação da lei 18.221/2024. Proposta que foi rejeitada pela maioria, que já havia aprovado a aceitação do protocolo de negociação e, portanto, o fim da greve.

Avaliamos que apesar da defesa correta do PSTU quanto à necessidade de continuidade da greve, já que nenhuma das reivindicações dos trabalhadores foram conquistadas, no entanto, neste cenário de desmonte da luta orquestrado pela burocracia com apoio da maioria das correntes da oposição unificada, não basta defender a continuidade da greve de forma abstrata, é preciso ser consequente na luta contra a burocratização do sindicato, apontar a responsabilidade das direções (situação e a dita oposição) ao alimentar as ilusões das disputas parlamentares em substituição aos métodos da ação direta. Por isso, em nosso boletim distribuído nesta assembleia, defendemos que a continuidade da luta naquele momento dependia da disposição de luta da categoria de passar

por cima dessas direções pelegas e traidoras e impulsionar a luta pelas reivindicações mais sentidas da classe a partir dos métodos da ação direta. Se não houvesse essa disposição, a categoria amargaria mais um período de derrota até recuperar suas forças e se levantar novamente contra as ofensivas dos governos e patrões que precarizam cada vez mais as condições de trabalho e salário dos servidores e demais funcionários, destruindo as conquistas trabalhistas e sucateando o atendimento ofertado à população, que depende da escola pública e dos demais serviços públicos.

DESCUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE NEGOCIAÇÃO

Dois dias após o encerramento da greve, o governo publicou uma instrução normativa regulamentando os critérios para elaboração do plano de reposição dos dias de greve e por conter ausência de algumas datas de paralisação a normativa foi republicada e nesta nova versão comparece um artigo que orienta que primeiro seja realizado o desconto integral dos dias de greve e a devolução/pagamento apenas conforme cumprimento das reposições.

Diante desse descumprimento do protocolo, primeiro a burocracia da COEDUC tentou responsabilizar as direções do Fórum das Entidades por ter solicitado a republicação da normativa em função da ausência de datas de paralisação realizada por esse setor, alegando que foi essa solicitação que deu abertura para o governo descumprir o acordo introduzindo o desconto. Logo em seguida, ao invés de convocar uma assembleia para que a categoria decidisse o que fazer frente ao descumprimento do protocolo e enfrentar coletivamente os descontos ao salário, a COEDUC se reúne com o governo (15/05) em mais uma mesa de negociações, onde legitimam a quebra do protocolo, firmando um novo acordo que fixa um prazo até 31/07 para cumprimento das reposições sem desconto, o que significa que as datas que não forem repostas até essa data sofrerão o desconto imediato. A maioria das escolas que fizeram a greve integralmente se submeteram a repor no recesso escolar de julho para não sofrer nenhum desconto, ou seja, tiveram que escolher entre o salário e os dias de descanso do recesso.

É importante compreender que esse novo acordo entre governo e burocracia sindical favorece as escolas que não fizeram a greve integralmente, mas paralisaram apenas nos dias de assem-

bleia, pois só essas terão condição de repor até 31/07. Fica evidente mais uma traição das direções da COEDUC, que expressa a política de conciliação de classes, em uma fase de decomposição da política burguesa em seu processo de direitização, em que os burocratas já não conseguem arrancar mais nenhuma migalha e vão integrando as organizações sindicais ao poder do Estado. Os atos regionais em substituição a greve, o discurso dos burocratas de que a greve prejudica o atendimento da população e agora uma negociação que aceita o desconto do salário do setor mais radicalizado que fez a greve integralmente, nos permite fazer um prognóstico de que num futuro próximo, a burocracia sindical conciliará com o governo a regulamentação do direito de greve, até porque muito provavelmente essa regulamentação, como já foi anunciada, será realizada pelo governo de frente ampla Lula/Alckmin, a quem as burocracias sindicais estão completamente submetidas.

INTERVENÇÃO PRIVATISTA NA GESTÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

No dia 22 de maio, exatamente uma semana depois do último acordo traidor da COEDUC com o governo, que legitimou o desconto de parte dos dias de greve, Nunes/ MDB dá prosseguimento à implementação da lei 18.221/24, desta vez intervindo na gestão das escolas, por meio do afastamento de 25 diretores para submetê-los a uma formação continuada, justificada pelo governo como estratégia fundamental do Programa “Juntos pela Aprendizagem”. Os argumentos apresentados pelo governo estão relacionados aos índices das escolas nas avaliações externas (IDEB e IDEP) combinado ao tempo de atuação dos diretores nestas escolas que foram caracterizadas como prioritárias.

Antes da publicação da convocação desses diretores para essa formação, as comunidades escolares começaram a se organizar na defesa da permanência dos seus diretores (as). Na maioria das escolas sob intervenção, os diretores têm um vínculo forte com a comunidade de trabalho social por meio do desenvolvimento de vários projetos, muitos deles reconhecidos e premiados, bem como de engajamento nos movimentos de greve. Na convocação dos diretores comparece como objetivo “assegurar a formação dos gestores para que atuem de forma propositiva visando o alcance das metas de apren-

dizagem de cada unidade”.

No entanto, sabemos que no contexto da aplicação da lei 18.221/24 os reais objetivos do governo é a privatização da gestão das escolas, ampliando o balcão de negócios da burguesia com as verbas da educação. Esse processo não é novo na educação municipal, já ocorre na educação infantil com o atendimento de mais 85% dos bebês e crianças nos CEIs conveniados e indiretos, com a terceirização dos serviços de limpeza e merenda, com a ampliação cada vez maior dos contratos precarizados de professores e do quadro de apoio (ATES), com a plataformização e agora o governo quer avançar com a privatização da gestão escolar.

É importante compreender que a privatização da gestão das escolas também vai ao encontro do objetivo de desarticular as escolas nos movimentos de greve, o que significa dizer, que a gestão privada não apenas irá favorecer a mercantilização da gestão escolar, mas ajudará o governo a desarticular as lutas dos trabalhadores e avançar na destruição das conquistas trabalhistas.

A movimentação das comunidades escolares, com debates, atos de rua e trancaço ganhou apoio da opinião pública, muitas moções de apoio envolvendo as universidades e outras entidades. As direções sindicais da COEDUC ficaram de espectadores no processo, se limitando a orientações jurídicas, mantendo o imobilismo e agindo da mesma maneira que respondeu a imposição do Programa São Paulo Integral (SPI), deixando que cada escola e cada região responda de forma individualizada a um problema que afetará de conjunto todos os trabalhadores, estudantes e comunidade escolar. Em meio a esse processo foi convocada duas plenárias, uma da COEDUC e outra do SINDSEP, onde ficou mais evidente que um dos motivos do imobi-

[continua](#) →

FOLHETO
NOVO!

Para o

TRABALHO

REVOLU-

CIONÁRIO

nos SINDICATOS

e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

lismo das direções sindicais estava relacionado a imposição de 60 dias sem greve fixado pelo desembargador, e que foi aceito pelas direções sindicais como condição para retirada da judicialização da greve e aplicação das multas aos sindicatos.

Na plenária da COEDUC, que ocorreu no espaço do SINESP, um espaço fechado e pequeno, subestimando a disposição dos gestores, mas também com a intenção de deixar claro que esse é um problema apenas dos diretores de escola e que, portanto, cabe ao sindicato dos gestores tomar a frente dessa luta. Houve abertura para que todos que quisessem fazer propostas de encaminhamento da luta, dentre as propostas a maioria das correntes políticas e trabalhadores independentes sinalizaram para a necessidade de organização da luta coletiva partindo da convocação de uma assembleia, pois as ações isoladas nas comunidades tinham um limite, além de outras propostas, tais como a retomada da greve, a ocupação das escolas, o boicote às avaliações externas e o fundo de greve. Após ouvir todas as propostas as direções da COEDUC anunciaram que já tinham uma proposta, que era um indicativo de ato no dia 06/06 (sem paralisação e sem assembleia) e outras ações que divulgariam depois e que a plenária não era uma instância deliberativa, por isso não era possível votar as propostas apresentadas ali, ou seja, mais

uma plenária proforma, que não tinha a intenção de organizar a luta. E no dia seguinte divulgaram um calendário de mobilizações regionais apenas nas regiões onde há intervenção nas escolas, nos mesmos moldes dos atos regionais anteriores à greve, só que piorados, pois são convocados como manifestação sem paralisação das escolas.

No dia seguinte, houve plenária do SINDSEP, que foi bastante esvaziada, com aproximadamente 20 pessoas, que aprovou algumas ações, como organização de um manifesto em defesa da escola pública, participação e fortalecimento dos atos regionais e outras ações para dar visibilidade ao movimento por meio das mídias sociais. Sobretudo, também se mantiveram na posição de “cautela” com as paralisações, em função da quarentena imposta pela justiça burguesa.

Todos os representantes sindicais foram convidados por SME-SP para uma reunião no dia 28 de maio, onde firmaram mais um acordo nas costas dos trabalhadores, desta vez legitimando a política de intervenção do governo sob a gestão das escolas, com a flexibilização do processo: 1) O curso de formação será realizado em diálogo com os diretores das unidades escolares; 2) SME vai rever o critério da escolha dos Assistentes de Diretor (ADs) extraordinários. Os novos ADs serão escolhidos pelos diretores das unidades escolares em conjunto com

seus respectivos Conselhos de Escola; 3) A Secretaria Municipal de Educação tornará sem efeito a convocação/cronograma dos diretores publicada no Diário Oficial desta quinta-feira, 29/05; 4) um novo calendário será estabelecido pela SME em diálogo com os diretores e suas comunidades escolares.

Com esse acordo, as ações junto às comunidades escolares, que já vinham trilhando um percurso limitado, sustentado pelos mandatos dos vereadores do PT e do PSOL, marcado por uma tendência de luta fragmentada e personalista (centralizada na imagem do diretor, como se fosse um herói da escola pública) tendem a se desarticular por completo. No entanto, é preciso reconhecer que apesar de todas as limitações, foram essas ações das comunidades escolares que impuseram um recuo ao governo, porém precisamos ter clareza que esse pequeno recuo é apenas nos métodos e não na política privatista que seguirá seu curso de outras formas, agora com apoio das burocracias sindicais.

Portanto, estamos diante de uma política criminoso das direções sindicais, que tem traído todas as tentativas de luta direta da categoria e desviado para as instâncias da política burguesa, deixando o caminho livre para o governo seguir aplicando sua política de privatização e destruição da escola pública e demais serviços públicos. ●

Importância da luta das oposições pela organização dos professores no estado de Roraima em um movimento orientado para recuperar o Sinter da direção traidora



No dia 20/05 foi realizado um ato convocado e organizado por correntes e professores independentes de oposição à direção traidora e pelega que dirige o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Roraima, o Sinter. No ato, exigiu-se a imediata convocatória a uma assembleia geral ordinária para a categoria discutir e aprovar um plano de reivindicações a ser defendido perante o governo, assim como as medidas e ações a serem tomadas para impô-lo. Este ato foi aprovado depois do ato do 14/05, organizado pelas mesmas correntes e militantes de oposição em protesto contra o imobilismo da direção. Como assinala-se no Boletim nº 1 (14/05), existe uma “revolta de um setor da vanguarda e dos trabalhadores em educação contra a criminoso política imobilista da direção do Sinter”, o que exige dar a luta para recuperar o sindicato para a luta pelas reivindicações e direitos da categoria.

A tarefa de recuperar os sindicatos exige que sejam as bases (que sofrem com a destruição de direitos, as perdas salariais e constantes ataques contra suas condições de trabalho) que decidam democraticamente o programa, os

métodos e táticas mais adequadas para cumprir com esse objetivo. Por isso é que já no dia 14/05, defendemos que o primeiro passo é convocar “uma plenária de base amplamente divulgada e convocada nas escolas, chamando a categoria a discutir e organizar uma frente de ação comum em defesa dos empregos, salários e direitos, na qual se discute e aprove um plano de ação unificado para exigir que a direção convoque imediatamente uma assembleia democrática para lutar e impor ao governo às reivindicações”. Até agora, as correntes de oposição resistem a esta proposta. Mas, não há outro caminho para a vitória do movimento impulsionado pelas oposições, se é que de verdade se pretende extirpar do sindicato a política de conciliação e colaboração de classes.

Na sequência, publicamos o Boletim nº 2 (página 13) distribuído no ato do dia, contendo essa defesa urgente a ser desenvolvida em todas as escolas para que se forje uma verdadeira frente de oposição que se coloque como primeira tarefa a recuperação de nosso sindicato para a luta pelas reivindicações e direitos. ●

CORRENTE SINDICAL MARXISTA**RORAIMA****SINTER****Guillermo Lora**

correntesindicalmarxistaguillermolora@proton.me

Boletim nº 2
20/05/2025**PPRI**

ppri4.org

RECUPERAR NOSSO SINDICATO PARA AVANÇAR NAS LUTAS PELAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES

A atividade do dia 14 de maio contou com cerca de 150 pessoas, a maioria professores de diversas escolas. A participação dos professores expressa uma profunda revolta diante da precarização cada vez maior da educação, do rebaixamento do poder de compra dos salários, da falta de condições de trabalho e do adoecimento mental a que somos submetidos. A educação pública encontra-se completamente sucateada e apartada da realidade social, sem investimento público e estrutura para o desenvolvimento das aulas.

Muito se cobra dos professores, mas o governo não se preocupa em garantir investimento público necessário para a educação. Além disso, a precarização da educação tem avançado em todo o país seja retirando direitos dos trabalhadores em educação ou a contínua defasagem salarial com reajustes abaixo da inflação, ou pagos em meses posteriores à data-base.

A defasagem salarial obriga grande parte dos professores a se submeterem à sobrecarga de horas-aula e enfrentar a imensa cobrança e burocracias nas escolas, ficando submetidos à enorme carga de estresse e adoecimento. Os trabalhadores seletivados sofrem ainda mais por causa dos contratos temporários e salários ainda mais defasados, sem estabilidade no emprego. Os técnicos também têm seus salários defasados e necessitam de melhores condições de trabalho.

Diante dessa realidade, a direção do sindicato, o SINTER, age de forma traiçoeira, pois não só não organiza e mobiliza a categoria para a campanha salarial, na data-base, como tenta desmobilizar as lutas organizadas pelos professores, a exemplo da tentativa vergonhosa de desmobilizar a categoria frente a atividade de 14 de maio, com uma nota pública, declarando que já está negociando com o governo às costas dos trabalhadores. Está claro que essa direção não está à altura de defender os interesses e reivindicações dos trabalhadores em educação de Roraima, por isso **está colocada a tarefa da base de recuperar o sindicato**. Mas, como se dará isso?

A recuperação do sindicato como instrumento da luta unitária da categoria vai ocorrer através da mobilização da base em torno das suas reivindicações, que devem ocorrer por meio de pressões concretas à direção, exigindo que reabra imediatamente as instâncias deliberativas do sindicato, convocando de forma imediata uma assembleia geral ordinária. Enquanto isso, devemos convocar e organizar uma plenária de base, com professores e técnicos, para discutir as reivindicações que de fato nos unificam sob um plano de lutas em defesa da reposição salarial e direitos, e contra a política imobilista da direção. A plenária de base pode fortalecer ainda a luta da oposição frente as traições da direção atual e pela recuperação do sindicato para a luta de classes,



pois essa luta das oposições tem de estar apoiada na base. Em síntese, somente iremos avançar na luta pelas nossas reivindicações, recuperando nosso sindicato com participação ativa da base.

As negociações sem luta, que a direção costuma fazer às costas da categoria, não só não garantem a conquista das reivindicações, como permitem ataques do governo aos direitos já conquistados e entregam os que ainda restam para serem destruídos. Vemos com a situação do reajuste salarial que deve ocorrer conforme a inflação, mas a direção sequer chamou a categoria para discutir a questão.

Com o passar dos anos, o salário vai sendo corroído cada vez mais pela inflação, e vamos perdendo cada vez mais os nossos direitos, e ainda ficando adoecidos. Os professores do último concurso ingressaram na rede tendo que enfrentar um sistema educacional hiper precarizado, sem condições de trabalho, e com a perda de direitos, como a integralidade e paridade que afetará a nossa aposentadoria. Essa não é uma realidade apenas do Estado de Roraima, mas em todo o país, assim como a traição das direções tem sido uma realidade em outros sindicatos do estado e do país.

A partir da atividade de hoje, precisamos avançar com a plenária de base, convocada nas escolas para discutir a situação do sindicato, as reivindicações, e assim avançar na constituição de uma possível frente de luta de oposição, capaz de derrotar a política de conciliação de classes da atual direção do SINTER e recuperar nosso sindicato para a luta. ●

Organizar a base sobre um plano de reivindicações e da plena democracia sindical, visando recuperar nosso sindicato! Negociação com o governo somente sob o controle da base! Reposição salarial já!

Apeoesp: Reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER)

A direção apresentou na reunião do Conselho Estadual de Representantes, ocorrida no dia 9 de maio, sua proposta ultra rebaixada de sentar com o governo na falaciosa mesa paritária e negociar elementos da carreira, atribuição de aulas, a ampliação das disciplinas de sociologia e filosofia, entre outros. Apresentou a proposta do “recuo tático do movimento”, com assembleia para 6 de junho, jogando uma pá de cal no movimento, que a mesma direção desde o início do ano desmontou. A corrente “O combate”/PSOL integrante da Oposição Combativa que se dissolveu, aceitou a proposta e negociou com a direção um ato na secretaria estadual de educação nos dias em que houver as negociações com o governo. A burocracia conseguiu disciplinar essa corrente que se reivindica de esquerda. O PSTU defendeu a “greve da educação” sem proposta de data. O POR defendeu a “greve geral” da educação, junto ao Reviravolta/PSTU. Na fala, a militante chegou a dizer que “a greve dos municipais conseguiu dobrar o prefeitinho”. Como já sabemos a greve do município foi desmontada pelo divisionismo da burocracia que, como no ano passado, trabalhou contra o movimento, com a sua pressão parlamentar, com acordos dentro do parlamento às costas dos trabalhadores.

A Corrente Sindical Marxista Guilermo Lora entrevistou destacando três pontos: 1) defesa da democracia operária, contra a direção que na assembleia anterior impediu nossa fala durante a assembleia - só pudemos falar depois da assembleia. Denunciamos também as correntes da “Oposição” que não fizeram a denúncia, legitimando com sua omissão a manobra da burocracia; 2) colocamos que a direção tenta iludir a categoria com uma negociação sem a greve, e que o governo irá manter a essência de seus ataques com o desemprego, subemprego, com a imposição das escolas cívico militares, a privatização da gestão das escolas e a plataforma que amplia a jornada de trabalho dos docentes; 3) defendemos a greve por tempo indeterminado como método capaz de frear o gover-

no e os ataques, com assembleia para o dia 16 de maio. Fizemos novamente a denúncia de perseguição política do professor César Augusto Mendes Cruz que sofre processo administrativo na prefeitura de Ilhabela. Deixamos claro a importância da defesa das liberdades democráticas. Os professores são perseguidos e as direções não têm atuado para defender esses professores.

A ASSEMBLEIA E O “RECUE TÁTICO” APRESENTADO PELA DIREÇÃO TRAIADORA DA APEOESP.

Na assembleia, que foi bastante esvaziada, a direção burocrática apresentou seu calendário de recuo e arrefecimento da luta referendado no CER, com as audiências de conciliação com a justiça e a mesa paritária. Novamente, impôs limitações às correntes que poderiam fazer falas. Dessa vez, nos incluíram na lista limitada de 5 nomes e, assim que subimos, reivindicamos que todos falassem, sobretudo os camaradas da LOI (Liga Operária Internacionalista) que compõe conosco a Unidade Independente Classista Combativa (UICC). Depois de alguns minutos disseram que seria apenas um ato, pois “não havia quórum”, que liberariam a fala a todas as correntes.

Na assembleia denunciemos a manobra da direção que tenta iludir a categoria com a mesa de negociação. Apontamos que no capitalismo em decadência não é possível melhorias na carreira ou em qualquer outro ponto das reivindicações, exceto quando são arrancadas do governo com os métodos da luta de classes. Que sentar com o governo em uma mesa de negociação sem o movimento é legitimar a política de ataques do governo que manterá sua política de ataques à educação pública. Por isso, defendemos que se instaurasse a assembleia para que pudessemos votar em defesa da greve por tempo indeterminado. Evidenciamos que tanto o dia 25 de abril e o dia 9 de maio não podem ser chamados de greves (foram paralisações), por isso defendemos a greve por tempo indeterminado.

A burocracia colocou seus asseclas para impedir nossa fala com vaias e bateria, ainda assim nos mantivemos

firmes na denúncia das inúmeras manobras da direção traidora.

Ao final, pressionados pelas falas da UICC que foram as duas únicas falas que propuseram a deflagração da greve a partir daquele momento com uma nova assembleia na próxima terça-feira dia 9, a direção foi obrigada a colocar em votação seu calendário contra o nosso.

“
...

(...) a direção da Apeoesp está submetida à Frente Ampla do governo burguês de Lula Alckmin, cuja política é de contenção de gastos via redução de orçamentos para educação. —

UM BALANÇO PARCIAL É IMPORTANTE.

Conforme já falamos em nosso jornal “O Internacionalista n. 26”, a direção da Apeoesp está completamente submetida à Frente Ampla do governo burguês de Lula/Alckmin, cuja política é de contenção de gastos via redução de orçamentos para educação. Por conta disso, é obrigada a conter a luta dos professores para que não se choquem com a política geral do governo Lula que é a mesma de Tarcísio. Uma greve na maior rede de educação do país e, sobretudo, em unidade com os professores de São Paulo, naturalmente seria seguida por outros estados e municípios que também aplicam o arcabouço fiscal, a privatização e terceirização, conforme faz o governo do PT, onde governa a nível federal, passando pelos estados e municípios.

Diante da crise mais aguda do capitalismo, está claro que já não existe mais espaço para a conciliação por parte dos governos. É por isso que as direções sindicais vem aplicando as medidas dos governos sobre os trabalhadores. E para isso precisam destruir ou desprestigiar a greve como instrumento de luta. Desde a imposição das contrarreformas em 2017, as centrais chamaram uma greve geral de apenas

um dia e, depois a desmontaram, em nome da política de pressão parlamentar e judicial. De lá para cá, as direções sindicais aprofundaram a colaboração de classe. Foi assim em 2019, quando o governo Dória impôs a reforma da previdência na rede estadual. A direção passou a chamar as paralisações isoladas de greves. Em 2020, com a imposição da reforma administrativa, a direção limitou o movimento às mesmas paralisações isoladas, chamando-as de greves, sem os comandos nas bases, se limitando ao chamamento pela tv e na virtualidade. Neste ano, fez de tudo para conter a disposição de luta dos professores. Com seu calendário tardio, impediu a unidade entre os desempregados e empregados, e trabalhou para conter o movimento. Depois, se negou a unificar o movimento junto aos professores municipais, chamando apenas um dia de paralisação (25 de abril) o qual farsescamente chamou de greve.

A destruição do método da greve permite à direção fazer acordos com o governo pelas costas das bases. Isso ficou evidente, quando esta apresentou como aceitável a proposta do governo de apenas 5% de reajuste, o que segundo o DIEESE já estava prevista na Lei Orçamentária votada no ano anterior. A direção se valeu ainda de uma liminar do governo para impor um freio ao movimento, jogando a próxima assembleia para 9 de maio. A farsa de chamar o dia 25 de abril e o 9 de maio de greve serve retoricamente para dizer que houve luta e conquistas para a categoria. Apesar disso, a esmagadora maioria das correntes votou “pela continuidade da greve” inexistente. Nossa posição de greve por tempo indeterminado nos diferenciou dos traidores e dos oportunistas da OC que vem deturpando e destruindo a greve como método da luta de classes. Por várias vezes, parte da direção fez uso do terrorismo do governo, dizendo que o governo demitiria os professores contratados. A traição é tão descarada que os pelegos assimilam e reproduzem os métodos de governo.

No Município de São Paulo, as burocracias recorrem ao mesmo expediente de deturpar e falsificar o método da greve, em benefício da política antigreve do governo, como demonstramos na nota deste jornal (página 10 deste jornal).

Está claro também que a direção se apoia no atraso de consciência de uma parcela da categoria, que não conhecem a greve, visto que nos últimos 10 anos,

esta não existiu. Segundo Karl Marx, a greve é uma escola da luta de classes. Não vamos conseguir fazer essa parcela descobrir o que é a greve e sua importância como elemento de enfrentamento se não a fizermos, e eles não fazerem sua experiência nela. Os problemas de uma greve, são enfrentados na prática pelo próprio movimento, que aprende assim a como travar a luta e vencer. Nossa atuação tem sido importante, na medida em que denunciávamos as manobras e traições, evidenciando a terrível crise de direção em que nos encontramos. Nossa fraqueza está na nossa condição de uma frente de combate com um pequeno alcance. Contudo, nossa acertada política é a nossa maior força.

REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE 23 DE MAIO.

A direção da Apeoesp chamou uma reunião do Conselho Estadual de Representantes no dia 23/05 para debater os seguintes temas: Plenária estadual da CUT, Congresso sindical, mudanças na direção regional da subsede da Lapa e campanha salarial.

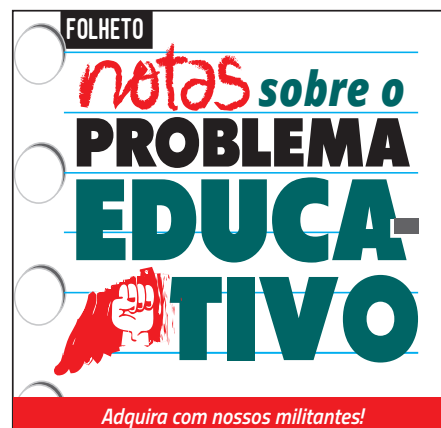
A direção apresentou sua proposta de retirada dos delegados a partir dos conselheiros e correntes presentes. Nós, da Corrente Sindical Guillermo Lora, fizemos a defesa contra essa manobra. Deixamos claro que devemos nos pautar na defesa da democracia operária. Que uma plenária que prepara um congresso deve ser debatida junto as bases para que estas possam apontar quais serão as reivindicações e os métodos e as bandeiras que correspondem à luta que é preciso fazer contra as medidas de destruição dos serviços públicos, as privatizações e terceirizações que tem ampliado absurdamente a exploração etc. E que se devem eleger os delegados que representem as decisões votadas democraticamente pela base nas plenárias.

Em relação ao congresso sindical, fizemos intervenções em relação ao regimento que prioriza as chamadas “mesas temáticas” e reduzem o tempo de apresentação das teses e dos debates nas plenárias. Denunciamos que a direção que impor sua política de traição com a conciliação de classes, que o regimento vai no sentido de estrangular a democracia operária e os debates. Outras correntes da Oposição denunciaram os valores absurdos de mais de R\$4 mil por delegado, transformando o congresso em passeio de férias, esvaziando

a importância política do congresso.

Com relação à questão da subsede da Lapa, ficou claro o golpe da direção majoritária (Articulação/PT, PCdoB e Fórum/PSOL). Essa direção subiu uma conselheira do Fórum para a diretoria executiva com o objetivo de duplicar a votação dessa conselheira que poderá votar como membro da direção executiva e como conselheira. A eleição que ocorreu por chapa foi usada para aplicar o golpe. Seis meses depois da eleição, a direção mudou os estatutos com uma reunião virtual do CER, modificando a regra de substituição dos suplentes. Antes, o suplente que ocupava a vaga, teria que ser na chapa vencedora (daquela que obtivesse o maior número de votos). Dentro das regras da eleição, considerando a votação regional, o próximo a subir para o conselho da subsede, seria da chapa da oposição. Os militantes mostraram o golpe aplicado pela direção que votou a mudança, legitimando o golpe. Defendemos que a correlação de forças expressa nas eleições, pelas bases, não pode ser alterada com mudanças estatutárias ou manobras regimentais.

No ponto de campanha, já com a plenária bastante esvaziada, denunciávamos a traição da direção que pelo segundo ano seguinte abortiu a greve, colaborando diretamente com o governo. Colocamos que no ano passado, depois de a direção majoritária arrefecer o movimento, o governo impôs os leilões das escolas e as escolas cívico-militares. Que impôs uma enxurrada de resoluções que ampliaram a destruição da escola pública. Que esse ano novamente o recuo do movimento de forma traidora pela direção sindical, funcionou como um sinal para o governo avançar sobre os nossos direitos e conquistas. Colocamos a necessidade de se resgatar a luta a partir dos métodos da ação direta contra as falsidades e traições da burocracia. ●



Campanha salarial do SindServ de São Sebastião é marcada por um **salto qualitativo da burocratização da direção sindical** (Unidos Pra Lutar e CP-LN/POR)

A primeira das três assembleias da campanha salarial foi um novo marco na burocratização do SindServ. O núcleo da direção, vinculada à Unidos para Lutar, adotou métodos mais burocráticos com a intenção de silenciar os servidores e a oposição, e impor um “plano de lutas” sem o devido debate, cerceando propostas apresentadas pela plenária. Para isso, contaram com dois dirigentes da Unidos Pra Lutar de São José dos Campos, que reforçaram o autoritarismo da atual direção, ao mesmo tempo que o espaço para as manobras foi pavimentado pela CP-LN/POR.

Logo no início da assembleia, realizada no dia 02 de abril na sede central, apresentaram uma pauta dividida em dois momentos: Fala do DIEESE sobre a situação econômica do município e campanha salarial. Com filtro de 10 inscrições para os servidores e a restrição de 2 minutos de fala, sem reinscrições, houve pouco tempo para o debate da plenária. A mesa recusou questão de ordem para apresentação de propostas de inclusão de pontos de pauta defendidas pela Frente Combativa (composta pelo PPRI, OSL, PCB e independentes) e para o pedido de moção de apoio ao professor Cesar Cruz, perseguido pela prefeitura de Ilhabela. A direção encaminhou à plenária a aprovação da pauta, sem ouvir outras propostas. A base da burocracia, em maior número, votou favorável à pauta, contando com o voto da CP-LN.

Apesar da burocratização da mesa, conseguimos fazer intervenções e denúncias. Em nossas falas, agora enriquecidas pela apresentação do economista do DIEESE, reafirmamos que o governo lançou uma cortina de fumaça através do decreto de “calamidade financeira,” objetivando confundir os servidores em relação à “saúde financeira” do caixa municipal, parte de sua estratégia para não conceder o dissídio anual dos trabalhadores. Defendemos em nossas intervenções o reajuste de 15% no salário, bem como o aumento de 100% no vale alimentação e 100% no vale refeição e, retomamos, a reivindicação antiga de que todo servidor municipal ingresse com pelo menos dois salários-mínimos na tabela de referência. Denunciamos ainda a decisão da direção de desfiliação compulsória dos servidores da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS), exigindo a reintegração destes ao SindServ através da consigna: “*Que os funcionários da FSPSS possam escolher qual sindicato os representa, independente dos ditames da justiça burguesa e do patrão*”. Neste ponto, encaminhamos que o sindicato alterasse sua ficha de filiação, reinserindo o campo destinado aos servidores vinculados à autarquias e/ou fundações, permitindo que estes possam se filiar novamente à entidade. Reivindicamos que se encaminhasse o chamamento de ato na garagem com paralisação, visando garantir maior adesão e proteção da categoria. O encaminhamento de ato com paralisação foi aprovado pela plenária, bem como o pedido de moção de apoio ao professor Cesar Cruz.

Nas assembleias dos dias 3 e 4 de abril, observou-se a ausência dos dirigentes da Unidos Pra Lutar. Assim, o debate se deu de forma menos truculenta e mais “democrática”. No dia 3 de abril, na assembleia na subsede Enseada, mantivemos nossa linha e defesas, entretanto, nos deparamos com uma

plenária esvaziada e seguidista da burocracia sindical. Os servidores mais críticos, minoritários, apoiaram nossas falas com seus votos. Durante essa assembleia, o encaminhamento de ato com paralisação na garagem, se transformou em “atrasadinha”. Denunciamos a deturpação do que foi deliberado e aprovado, entretanto a mesa passou por cima dessa deliberação. No dia 4 de abril, na subsede de Boiçucanga, contamos com uma assembleia mais numerosa que aprovou todas as nossas propostas. Com uma correlação de forças desfavorável a suas manobras, a burocracia conduziu os trabalhos num tom amigável e informal. Houve também a presença de servidores da FSPSS, resultado de nossa passagem nas bases. Nesta assembleia foi aprovado o encaminhamento feito pela Frente Combativa sobre a participação do SindServ no ato do 1º de maio em Caraguatatuba, chamado pelo Fórum dos Sindicatos. Apesar da maioria de votos obtidos na última assembleia e dos favoráveis às nossas propostas nos dias 2 e 3, a burocracia sindical manobrou e divulgou o reajuste de 10% que sua pauta engessada previa, 50% no vale refeição, 100% no vale alimentação e sua “agenda de lutas” em frente à Câmara Municipal – chamados de “ocupação da Câmara”, ato público na garagem e, se a prefeitura não for favorável à pauta de reivindicações, o chamado de paralisação no dia 7 de maio. Quanto à reintegração dos servidores da FSPSS, a ficha de filiação ao SindServ permanece inalterada.

O TRABALHO DE BASE COESO É CAPAZ DE CONSCIENTIZAR, MOBILIZAR E PARALISAR OS TRABALHADORES.

Após as assembleias, seguimos atuando com nossos boletins, impulsionado as pautas aprovadas, agitando nas bases a paralisação anunciada para o dia 7 de maio. Comparecemos e cumprimos de forma crítica a “agenda de lutas”. Mas, o que presenciamos foi a deturpação dos métodos de luta dos trabalhadores. A chamada “ocupação da Câmara” foi, na realidade, a realização de ato externo e o uso da tribuna parlamentar pela presidente do Sindserv. Os servidores assistiram a sessão, e a fala da presidente apelou para a “consciência” dos vereadores, ao identitarismo, justiça social. Sua fala se subordinou ao legislativo solicitando apoio e estreitamento com o executivo, uma vez que este (até aquele momento) se recusava a receber o representante dos servidores municipais. Em campanhas anteriores, como as de 2023, os atos durante as sessões de Câmara foram capazes de mudar a ordem do dia, colocando a pauta aprovada em assembleia como ponto principal a ser tratado pelos vereadores. Agora, observamos que há ilusão de que o legislativo trará respostas ou soluções para as reivindicações. Não devemos alimentar tais ilusões democratizantes das direções no conjunto dos trabalhadores, uma vez que a história e a experiência nos mostram que do parlamento só colecionamos derrotas e as conquistas obtidas são frutos da luta travada na luta de classes. Outra deturpação da pauta aprovada foi o ato público. Sendo aprovado como ato com paralisação, alterado na segunda assembleia pela direção para “atrasadinha” - ato público com atraso na jornada/horas de paralisação. Vemos que a burocratização, é perceptível e que retórica da direção

confunde as bases e desmobiliza, permitindo à burocracia impor medidas contrárias às votadas nas assembleias.

Em meio à “agenda de lutas” aprovada em assembleia, inserimos a nossa própria com passagens nas bases, percorremos os diversos postos de trabalho de toda a extensão do município, com nosso boletim, em cada setor, realizamos o debate sobre a importância de comparecer aos chamados do sindicato e paralisar as atividades como resposta ao descaso do governo. Isso ajudou a mobilizar um setor das bases para as assembleias e atividades, demonstrando que a campanha não progride por meios virtuais, com passagens “relâmpago” nas bases e que também não se trata apenas das questões salariais: observamos a ausência de itens básicos para o desempenho das funções como EPIs (luvas, óculos de proteção, protetor solar, máscaras...), denúncias em relação aos constantes assédios e a saúde mental dos servidores etc. Os afastamentos dos servidores por motivos de saúde é um elemento em comum em todos os setores, acarretando a sobrecarga daqueles que ainda resistem.

PARA ONDE VAI A CAMPANHA SALARIAL?

Após verificar em seus holerites que nenhum dos pontos da pauta foi acatado pelo executivo, a pressão dos trabalhadores, manifesta em suas reclamações entre pares e reportadas por seus gestores, veio à tona. No dia 30 de abril, o prefeito anunciou que receberia o SindServ. Em nota, o sindicato se pronunciou dizendo que caso uma contraproposta fosse apresentada, a categoria seria convocada para uma assembleia. A direção sindical fez suspense em relação ao que foi apresentado, subordinando essa devolutiva à participação dos servidores na assembleia geral do dia 06 de maio.

A assembleia contou com a participação de aproximadamente 60 pessoas. Há muito tempo a sede central não recebia tantas pessoas, a ponto de as cadeiras não serem suficientes para acomodar os servidores. Semelhante a assembleia do dia 02 de abril, a direção da Unidos Pra Lutar compareceu, presidiu a mesa, controlou o tempo e as inscrições. A direção burocrática, após a experiência do debate ocorrido na assembleia de Boiçucanga, se antecipou “plantando” pessoas orientadas a incitar conflitos entre os presentes na plenária, sobretudo, os membros da Frente Combativa e simpatizantes. Proferiram palavras de ódio e tentaram chegar a atos violentos desferindo tapas contra um professor que documentava a assembleia. A direção abriu a assembleia dizendo que estavam em contato com o prefeito na tentativa de “convencê-lo” a melhorar sua contraproposta vergonhosa de 0,0% de reajuste salarial e reajustes nos vales, sendo 100% no VA e 25% no VR. A direção rejeitou integralmente a contraproposta enviada, afirmando que a luta se dava por toda a pauta de reivindicações ou nada.

Em nossas intervenções apontamos que não podemos rejeitar integralmente a contraproposta, pois ela atende boa parte da categoria, principalmente àqueles que estão nas referências iniciais e possuem um salário de miséria, abaixo do mínimo nacional e, que além da paralisação com ato em frente à prefeitura, deveríamos aprovar uma caminhada pelas ruas do centro da cidade. Nossa fala foi reforçada por um servidor braçal que concretamente demonstrou que os 10%, para quem está abaixo de um salário-mínimo, não apresenta um salto quantitativo em seus recebimentos, entretanto, o aumento nos vales representará substancialmente a melhoria em sua folha de pagamento. O servidor ainda salientou

que o vale representa uma questão imediata e que tem consciência que o ganho do reajuste se expressará a longo prazo em sua renda. Retomamos ainda a questão da representação daqueles que paralisarem pelo departamento jurídico do SindServ, entidade que conclama a paralisação, reforçando que nenhum servidor que paralisar seja prejudicado por essa ação, independentemente de seu vínculo. Aproveitamos para expor a situação dos professores contratados e dos servidores que pertencem às Fundações e Autarquias, com destaque para os funcionários da FSPSS. Reforçamos a consigna de que os servidores definam quem de fato os representa, neste sentido, foi feito o apelo, por uma servidora da Fundação de Saúde, que o SindServ novamente acolhesse estes servidores uma vez que o sindicato que, compulsoriamente, os “representa” está distante física e politicamente das bases e suas reivindicações. A servidora disse ainda que os funcionários da FSPSS estão movendo um abaixo-assinado para reivindicar a reintegração destes no SindServ, informação que forçou a fala da burocracia sobre a necessidade de uma campanha de filiação em massa, incluindo os que se encontram nas fundações. Apesar das provocações e tentativas de aprovar a pauta da direção sem contrastar as propostas, as bases se demonstraram atentas e reivindicaram que uma proposta fosse votada em oposição a outra e, mesmo com a orientação combinada de votos da burocracia com suas bases, nossas propostas foram aceitas e aprovadas pela maioria, se contrapondo a 19 votos a favor da rejeição integral da contraproposta da prefeitura.

No dia 07 de maio nos reunimos em frente ao paço municipal, a concentração iniciou esvaziada devido ao horário das 7 da manhã. A maioria dos servidores chegou às 9 horas devido ao deslocamento das extremidades do município para o centro. As falas durante o ato denunciavam a gestão pública e seus desmandos em todos os setores. Saltou aos olhos a recente questão das escolas de tempo integral, aplicadas sem nenhum preparo nas escolas. As profissionais presentes que estão atuando neste novo setor relataram a precarização e exploração nessa nova modalidade que promete se expandir para toda a rede. Propusemos fazer a caminhada pela cidade e encerrar com a assembleia em frente à Câmara Municipal. A passeata percorreu a avenida principal da cidade com falas e palavras de ordem, com um pouco mais de 100 pessoas, fato histórico para a cidade. Em frente à Câmara, atuamos propondo uma agenda de lutas condizente com a realidade do município, tendo por base a experiência vivenciada nas paralisações de 2023. Trouxemos a proposta da construção da greve junto às bases com assembleia para o dia 10 de junho e paralisação no dia 11. Inicialmente, nossa proposta conflitava com a da direção sindical, que na fala de um de seus membros - militante da CP-POR, defendeu a continuidade da paralisação, configurando-a como greve até dia 12 de maio, quando propôs nova assembleia para definir os rumos da luta. Ao observar a reação das bases às duas propostas, imediatamente, a direção burocrática do SindServ em conjunto com os dirigentes da Unidos Pra Lutar, chamaram os membros da Frente Combativa para alinhar o calendário de lutas, se subordinando a nossa proposta, complementaram-na com os atos na Câmara e garagem - não nos opusemos.

Até a conclusão dessa matéria, acompanhamos o rebaiamento da ação direta e os desgastes das bases por parte da direção burocrática do SindServ. Agora, além de chamar para as “ocupações da câmara”, tem caracterizado

a paralisação chamada para o dia 11 de junho de “Greve Geral”, além disso, a direção tem convocado as bases para participar e fazer pressão nas audiências públicas do PPA – Plano Plurianual e da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o pretexto de que essas ações trarão “transparência, democracia e justiça social” para as políticas públicas que serão desenvolvidas no município. O não aproveitamento do afastamento para exercer a função de representação sindical, concedido a três diretores, para atuar entre as bases é um problema que se aprofunda, uma vez que centram suas energias em ações distracionistas e não canalizam a insatisfação das bases. Contam com o aparato próprio e com o da Unidos Pra Lutar como meio de trava da luta, usando-o para cercear a democracia sindical ao invés de fomentá-la, neste sentido, há a tendência de desagregação dos servidores em atuar no sindicato, principalmente aqueles mais críticos. Diante de todos esses elemen-

tos, observamos que a política da direção é de conciliação com a prefeitura, portanto, a campanha deve ser enterrada em breve, pela própria direção sindical, seja pelo esfacelamento do movimento de tanto desgastar os servidores ou manobrando até onde puder.

Observa-se que motivos não faltam para que os trabalhadores cruzem seus braços, entretanto é necessário fazer avançar a consciência destes que seguem acuada por seus alcoses em uma cidade onde a política de apadrinhamento prevalece. Apenas a inserção da política revolucionária nas bases será capaz de erguer um movimento de paralisação forte o suficiente para arrancar da administração pública as pautas reivindicadas pela categoria. A aproximação de setores das bases a nossa política e propostas indica que há um terreno propício para o trabalho de uma oposição classista e revolucionária. ●

Frente Combativa | São Sebastião

A burocracia do Sintrasaúde tenta abortar e desviar a revolta dos servidores presentes na assembleia do dia 28/05


No dia 28 de maio, a Frente Combativa (PPRI, OSL, PCB e independentes) esteve na assembleia do Sintrasaúde (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos), que detém a Carta Sindical (filiação) dos trabalhadores da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS) que não necessitam de ensino superior para ingresso. A assembleia contou com um pouco mais de 50 servidores de todas as regiões do município. Esse volume expressivo de pessoas para o histórico da categoria se deve a campanha realizada pelos servidores mais críticos e de oposição junto aos seus pares. É sabido, através de denúncias feitas por estes funcionários, que o Sintrasaúde não faz trabalho de base e não atua regionalmente entre os servidores erguendo campanhas reais em prol da categoria. Pelo contrário, durante o debate os servidores denunciaram que não se sentiam contemplados pelo acordo coletivo de trabalho apresentado à patronal, que este era rebaixado e não refletia a real necessidade destes trabalhadores.

A assembleia se deu de forma desorganizada, ferindo os métodos da democracia operária. Não foi constituída uma mesa para orientar os trabalhos, não houve inscrições ou tempo para as falas. Apesar de uma servidora apontar a descaracterização da assembleia e da falta de método, os diretores seguiram em seu *modus operandi*, se aproveitando da inexperiência e despolitização de parte das bases, característica própria das burocracias sindicais. Entretanto, os servidores mais críticos e de oposição forçaram intervenções e, aos poucos, fizeram os burocratas se render à leitura da minuta proposta a Fundação de Saúde. Ponto a ponto, expuseram as contradições presentes em um acordo totalmente descolado da realidade dos trabalhadores da FSPSS, ficando evidente o distanciamento das bases e sua política de conciliação com a prefeitura. Fizem valer a assembleia e exigiram que essa validasse uma nova pauta que contemplasse de fato os anseios da categoria. Contudo, conforme a “pauta” avançava, ficou claro o golpe aplicado pela prefeitura ao migrar compulsoriamente aos trabalhadores da FSPSS para o Sintrasaúde e a quem eles servem. Uma funcionária, ao reivindicar o direito de greve caso o acordo não fosse cumprido, expôs o servilismo da burocracia: os dirigentes afirmaram que greve não se faz assim, que “dá muito

trabalho”. Em um outro momento da “pauta”, profissionais do setor da odontologia manifestaram discordância com a contribuição assistencial e reivindicaram o não pagamento da taxa, prontamente, os burocratas manobram dizendo que não representam aqueles que possuem nível superior, que a Fundação era responsável pelo repasse e que o erro era dela, que estes procurassem seus devidos sindicatos e, assim, forçaram os presentes a votar a favor da contribuição; mas, para a surpresa dos burocratas, as bases solicitaram que uma proposta fosse votada em oposição a outra. Mais uma vez a burocracia, perita em golpes, manobrou dizendo que os dentistas não tinham direito ao voto uma vez que reivindicaram pela não contribuição. Os presentes repudiaram a ação e a burocracia percebeu a assembleia se esvaziando. Os funcionários da FSPSS se levantaram reclamando que estavam perdendo seu tempo ali, que a reunião não serviu para nada, e que estavam muito mal representados. Diante do total esvaziamento, a burocracia se viu obrigada a tratar a aprovação completa da pauta, mas os que resistiram até o fim impuseram a discussão do plano de carreira. Os burocratas, cercados pelos servidores que restaram, foram obrigados a aceitar toda sorte de propostas, anotaram e fizeram a promessa de apresentar as propostas como o novo acordo coletivo da categoria, alimentando ilusões e cientes das reais intenções da patronal e que eles mesmos iriam trair o decidido na assembleia.

Atuamos nesta assembleia denunciando a contribuição assistencial sindical, que é uma taxa imposta à toda a categoria (filiados e não filiados) de celetistas da FSPSS. Caracterizamos que a direção sindical realiza uma única assembleia anual para validar essa contribuição, que se ausenta das bases e não faz a luta pelos trabalhadores. Esclarecemos aos servidores presentes que a chamada contribuição assistencial serve apenas para perpetuação das direções nos sindicatos, e que muitos deles possuem patrimônio exclusivo vindo da livre filiação sindical (dos associados), como é o caso, por exemplo, do próprio SindServ de São Sebastião e a APEOESP. Por fim, fizemos a defesa da unidade da categoria, que possui o mesmo padrão (governo municipal), e está diante de questões em comum (arrocho salarial, péssimas condições de trabalho, etc) e precisa responder com uma luta unitária. ●

FUP e FNP substituem método de luta da classe operária e cobram Lula por carta

 No dia 28 de maio, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) publicaram uma carta assinada em conjunto, endereçada ao presidente Lula, na qual cobram “*embargo energético a Israel contra o genocídio em Gaza*” e “*paralisação imediata de projetos com empresas de energia israelenses*”.

Em 2024, o Brasil exportou cerca de 2,7 milhões de barris de petróleo bruto, o equivalente a quase US\$216 milhões (mais de R\$1,2 bilhão), do qual parte abasteceu e abastece os veículos militares de Israel usados no holocausto dos palestinos. Lula, por diversas vezes, declarou que se trata de um genocídio, mas não adotou nenhuma medida para conter o avanço militar de Israel, como romper as relações comerciais. Ao contrário, mantém a crescente venda de matérias primas utilizadas para

massacrar os palestinos, como aço, petróleo bruto e refinado, enquanto importa inseticidas, fertilizantes, aeronaves da IAI (Israel Aerospace Industries), armas e munições.

A venda de óleos combustíveis de petróleo e de minerais betuminosos do Brasil para Israel, em 2024, teve um aumento de 12.380% em valores em comparação com 2023. E, até abril de 2025, teve um aumento de 256% em relação a 2024, chegando a cerca de R\$900 mil. O valor exportado em 2025 é 44.300% maior que aquele de 2023. Também é 790% maior do que em todo o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, um dos maiores defensores de Israel.

Para se posicionar verdadeiramente contra o genocídio do povo palestino, é necessário parar a compra e venda com Israel. A carta da FUP e FNP não irá “tocar a consciência” de Lula para efetivar o fim das relações

comerciais, já que ele está à frente de um governo alinhado ao imperialismo ianque.

As direções de ambas as federações e dos diversos SindiPetros devem organizar suas bases a partir de assembleias, para iniciar uma mobilização, culminando com greves e ocupações, que paralise a extração, refino e transporte de petróleo destinado à Israel, portanto, aplicando os métodos de luta dos operários - a ação direta. ●

Retomar os métodos de luta da classe operária: boicotar a exportação de petróleo, com greves e ocupações de refinarias, unidades de tratamento e etc., que abastece o exército genocida de Israel. ■

Empresa de São Paulo exporta aço para a fabricação de armas israelenses, e **Lula e o sindicato ficam calados**

 A empresa metalúrgica Villares Metals, localizada em Sumaré, interior de São Paulo, exportou duas remessas de aço para empresas fabricantes de armas no Israel: a IWI (fabricação de metralhadoras) e a IMI Systems (subsidiária da Elbit), que fabricam armas pesadas para o exército de Israel usadas no holocausto dos palestinos. A primeira exportação foi em janeiro e a segunda em abril/maio deste ano. Foi nessa fábrica que Lula começou sua “carreira” de dirigente sindical como operário de base.

As exportações dessa empresa somam-se à exportação de um total de 750

toneladas de aço para Israel em 2024 (10 milhões de dólares). No total, 661 milhões de dólares foram exportados em diversos produtos desde Brasil para Israel em 2023, e um total de 725 milhões de dólares em 2024. Ou seja, quando Lula já se tinha se pronunciado denunciando o genocídio. Apesar disso, o próprio governo permitiu que crescessem as exportações para Israel, jogando no lixo a retórica humanitarista de Lula.

O sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região apoia o governo Lula que, por sua vez, não faz nada para paralisar o envio desse aço, petróleo e etc para Israel. Os operários não devem nem

saber para onde vai todo o aço que eles produzem, e agora que sabem que parte desse vá para os genocidas fabricarem armas que massacram palestinos, além de pobres e pretos no Brasil, devem exigir à direção que se convoque uma assembleia para decidir o que fazer para impedir e bloquear novas exportações para Israel.

A classe operária é oprimida e explorada pela mesma corja de ricos burgueses que assassinam e massacram palestinos às centenas todas as semanas. Por isso, já não pode e nem deve ficar de braços cruzados e deve exigir de sua direção que se convoque uma assembleia na fábrica e de todas fá-

bricas na região para fazer uma greve e boicote ativo até que Villares Metals, e mais nenhuma, não exporte mais aço para Israel. ●

Se o governo não quer impor o embargo de produtos para Israel e a burocracia se faz de desentendida, então que a classe operária rompa com essa paralisia criminosa e paralise a fábrica! Essa medida será mais efetiva para ajudar os palestinos que as declarações vazias e choramingsos de Lula! ■

Mais de um terço da força de trabalho está na informalidade *É necessário travar a luta pelos direitos e reivindicações imediatas com independência e os métodos da ação direta*

 32,5 milhões de trabalhadores no país são considerados autônomos informais (sem CNPJ): 31,7% do total dos trabalhadores empregados no país, sem contar os 4,3 milhões de empregadas(os) domésticas(os) e nem os 2,8 milhões do setor público sem carteira assinada. Se comparado ao passado, os trabalhadores autônomos aumentaram em 200 mil. Se comparado a 5 anos atrás, cresceu em 10%: de 29,7 milhões para 32,5 milhões. Esses trabalhadores arcam com a informalidade, a superexploração e a falta de direitos.

Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal de um trabalhador com carteira assinada é de R\$ 3.145, 51% maior do rendimento do trabalhador autônomo que é de R\$ 2.084. Um exemplo disso são os trabalhadores por plataformas, que trabalham até 14 ou 16 horas para conseguir igualar a média salarial de um empregado formal, e não contam com direitos trabalhistas semelhantes a outras atividades e menos ainda com aposentadoria garantida. Segundo o sindicato patronal, Cebrap/Amobitec, a regulamentação do trabalho é necessária desde que não afete *“as características de autonomia e flexibilidade do modelo de negócio”*. Assim, seria possível

que os trabalhadores *“tenham acesso a benefícios previdenciários básicos, como auxílio-doença e aposentadoria”*. As empresas ainda afirmam que os *“trabalhadores independentes”* podem *“ligar e desligar o aplicativo a seu critério, a qualquer momento, decidir o local onde oferecerão seus serviços, rejeitar entregas que não considerem favoráveis, sem penalidade, e escolher a rota de entrega mais adequada”*. Ou até *“trabalhar para aplicativos concorrentes sem qualquer exclusividade”*.

As empresas se negam a garantir direitos básicos, e obrigam os trabalhadores a se inscreverem como *“independentes”* - eufemismo sobre o qual se acoberta a informalidade. Podem agir livremente porque grande parte dos trabalhadores exercem outra ocupação (48%), sendo 50% destes com carteira assinada, de forma que aceitam piores condições de trabalho para complementar sua renda. A *“pejotização”* de uma ampla parcela dos trabalhadores é um mecanismo para mascarar vínculo empregatício visando reduzir os custos dos empresários, aumentando proporcionalmente seus lucros.


Esses números indicam o alargamento do trabalho precarizado, em todos os setores da economia, refletindo os violentos estragos causados

pela Reforma Trabalhista sobre os assalariados. Crescem o subemprego e os contratos intermitentes, portanto, aumentam os lucros dos empresários e capitalistas à custa do empobrecimento e miséria dos trabalhadores. A chamada *“plataformização”* do trabalho esgota as condições físicas e intelectuais dos assalariados, enquanto enriquece os capitalistas (em sua maior parte estrangeiros).

É necessário organizar a luta dos trabalhadores autônomos para que usufruam de todos os direitos e garantias conquistados pelos assalariados em luta contra a burguesia e seu Estado. Eis como se combaterá a violenta exploração e precarização trabalhista desse setor dos assalariados. O que coloca a necessidade de superar as direções sindicais que negociam com o patronato a legalização da destruição de direitos, rebaixamento de salários e a facilidade para as demissões. A formação de um sindicato único do setor, forjado na luta e que rejeite a conciliação com o governo e patrões, ajudaria a constituir uma direção classista submetida ao controle das bases. Essa tarefa está colocada para conquistar as reivindicações e erguer um sindicato baseado na independência de classe perante o estado e o patronato. ●

TERCEIRIZADOS DA SUDAMIN DENUNCIAM ATAQUES DO PATRONATO

Basta de divisionismo! *Unidade efetiva de contratados e efetivos* para defender os direitos, salários e empregos!

 Os trabalhadores terceirizados da Sudamin, que prestava serviços para a Transpetro, denunciaram que a empresa se nega a pagar-lhes os acertos pela rescisão dos contratos. Esse é o retrato dos efeitos da terceirização sobre os trabalhadores, que labutam o dia todo por um salário miserável e, quando demitidos, sequer a empresa lhes garante o que lhes corresponde. As empresas terceirizadas podem abusar dos operários porque também as direções sindicais não organizam

a luta coletiva para impor às empresas terceirizadas que cumpram suas obrigações com os trabalhadores que os enriqueceram.

No boletim Operário Internacionalista n°19, de março, denunciemos a situação dos terceirizados da Refinaria Gabriel Passos (REGAP/MG). Agora, denunciemos os ataques contra os terceirizados da Sudamin. Cada nova denúncia demonstra a necessidade de defender esses companheiros que, como os efetivos, são parte da organização coletiva do

trabalho. Por isso, defendemos se convoquem às assembleias unitárias de efetivos e terceirizados para aprovar um plano de luta e as greves, ocupações, bloqueios, mobilizações de rua, piquetes etc., para impor aos patrões as bandeiras de: **1) efetivação e estabilidade a todos os contratados da Petrobras; 2) “a igual trabalho, igual salário”; 3) salário mínimo vital** (que segundo o DIESSE é de R\$7.500, aproximadamente). A classe operária é uma só, e também deve ser nossa luta! ●

Imperialismo bloqueia acordo de cessar-fogo na Ucrânia

O regime econômico e a democracia burguesas só trazem crises, guerras e contrarrevoluções. É necessária a revolução proletária para libertar a humanidade e as forças produtivas da decomposição e da barbárie absolutas.

 A reunião de 15/05, na Turquia, entre a delegação russa e ucraniana culminou como esperado: não há qualquer ponto de coincidência entre os interesses do imperialismo (representados pela Ucrânia) e a Rússia para um acordo de “paz”. O chefe da delegação russa apresentou as seguintes condições: **1)** Ucrânia não será parte da OTAN e adotará a neutralidade, sem tropas estrangeiras ou armas de destruição em massa em seus territórios; **2)** renúncia mútua a qualquer exigência de reparações de guerra; **3)** reconhecimento dos territórios anexados como russos; **4)** direitos garantidos às minorias russas e desnazificação da Ucrânia (ou seja, desmonte do governo nazifascista estruturado pelo imperialismo); **5)** retirada das tropas ucranianas das regiões do leste da Federação Russa (Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk, Zaporozhye e Kherson). A Ucrânia rejeitou todos esses pontos e disse que está disposta a levar a guerra ao território russo. Exigiu ainda a retirada das tropas russas do leste ucraniano e um marco para negociações sobre a Criméia sob intermediação do imperialismo. O imperialismo também foi incapaz de ludibriar novamente a Rússia, que aprendeu a dura lição dos Acordos de Minsk (2014), que foram implementados para armar a Ucrânia e incorporá-la à OTAN. A delegação russa disse que não acreditará em promessas porque comprovou que a OTAN continua sua expansão sobre as fronteiras russas. Sua rejeição à nova armadilha se deve à consolidação das vitórias russas nos combates, a projeção das capacidades industriais e tecnológicas de sua indústria militar enquanto se enfrenta com o esgotamento das capacidades bélicas imperialistas, além do crescente descontentamento da população europeia com as gastanças da

guerra realizadas à custa da destruição de suas condições de vida.

Encorajados pela assinatura de novos acordos de apoio militar da Alemanha, França, Inglaterra e Polônia, os ucranianos não foram negociar, mas sim declarar a continuidade da guerra. Acreditavam que o fato da OTAN retirar todas as restrições para uso de mísseis contra a Rússia serviria de moeda de troca nas negociações. Porém, a Rússia alertou do envolvimento da Alemanha (e qualquer outro país) nas ações ofensivas contra a Rússia, que seria considerada uma declaração formal de guerra, autorizando a Rússia a recorrer a seu direito estabelecido pela Carta da ONU e responder à agressão atacando alvos na Alemanha. O fracasso das negociações de 15/05 e as movimentações posteriores demonstraram que não haverá “trégua” nos termos ditados pelo imperialismo, e esse tampouco aceitará as condições da Rússia, abrindo-se uma via para a preparação da deflagração de uma guerra em escala continental.

Nas atuais condições, as protelações jogam a favor da Rússia. Apoiada na propriedade nacionalizada pela revolução, avança militarmente e impulsiona sua economia elevando as condições de vida de sua população. Assim, a possibilidade de uma “pressão militar” capaz de impulsionar um levante da população russa contra seu governo caiu por terra. Deixando ao imperialismo europeu a via da rendição da Ucrânia, aceitando os termos russos, ou continuar sua escalada militar, se arriscando a uma guerra para a qual não está nem condições econômicas e nem militares para embarcar. A segunda opção foi tomada pela burguesia europeia, aproximando-a da guerra contra o estado operário degenerado russo. É nessas condições que as tendências de uma

possível Terceira Guerra Mundial se agravaram, sobretudo, devido à decomposição das economias imperialistas, que somente poderão retomar seu crescimento por meio da destruição da propriedade nacionalizada na Rússia e, sobretudo, na China. Essa é a força motriz objetiva que está por trás do fracasso do “cessar-fogo” e da continuidade da guerra.

Cada dia que se passa na guerra prepara a derrota militar e a capitulação da Ucrânia. Sua breve existência como “nação independente” chegará a seu fim seja a guerra vencida pela Rússia, seja essa vencida pelo imperialismo. Como afirmamos no OI nº 25, “(...) a possibilidade de um desmembramento da Ucrânia está agora objetivamente colocada. O pano histórico de fundo sobre o qual se desenrolam os fatos é a retomada da disputa entre as potências pelos mercados, e em particular pelas matérias-primas ucranianas. Daí vem a defesa da Europa de continuidade da guerra”. As exigências imperialistas da entrega de sua soberania, além de parte de seus territórios que são cobiçados pela Hungria e Polônia, significa que ainda vencendo o imperialismo, o estado ucraniano será apenas uma ficção. Manter sua integralidade pela derrota da Rússia significará fortalecer o imperialismo em seu objetivo de destruir a economia nacionalizada pela revolução. Nisso, nada há de progressivo para as massas mundiais.

Não há como os países e governos semicoloniais ficarem à margem dos conflitos e das guerras impulsionadas pelo imperialismo contra os estados operários degenerados. Como assinamos no editorial internacional de OI nº 25, “os países burgueses semicoloniais são obrigados a se apoiar” no imperialismo ou nos estados operários degenerados “para sobreviver”. O acordo trilionário [continua](#) →

“ (...) o choque de morte entre dois sistemas econômicos antagônicos não será bloqueado indefinidamente com medidas econômicas e diplomáticas; mais cedo ou mais tarde, terá de ser resolvido no campo militar. É isso que explica a instabilidade nas relações políticas mundiais e arrasta como um furacão aos países semicoloniais e oprimidos. —

de Trump com os Emirados Árabes Unidos (EAU) e Arábia Saudita tem por pano de fundo essa contradição. Se de um lado visa a injetar bilhões de dólares na economia norte-americana visando equacionar seu déficit e financiar a produção de armas; de outro, visa também bloquear o avanço da China que está próximo de se converter na maior parceira comercial de grande parte dos países árabes. A derrubada de governos e as guerras civis promovidas pelo imperialismo são outros meios táticos para cumprir esse objetivo.

É nesse quadro que deve ser compreendido o acordo entre o governo miliciano da Síria (HTS) e os EUA para a retomada do financiamento do país. Trump se encontrou com Ahmed al-Sharaa (líder da Hayat Tahrir al-Sham) graças à intermediação do príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman, e também do governo da Turquia. Em troca do reatamento de financiamento, o HTS deve garantir livre ação dos EUA na Síria para ataques a “terroristas” e usar seu espaço aéreo (para atacar o Irã no futuro), a deportação de palestinos e normalizar as relações com Israel (via “Acordos de Abraão” do qual são parte os EAU, Arábia Saudita, Qatar e Marrocos, dentre outros). Pela Síria passaria ainda o “corredor energético” que, unindo Irã e Iraque, levaria petróleo iraniano para Europa e criaria as condições para instalar o “Cinturão e Rota da China”. A cumplicidade dos países árabes na derrubada de Al-Assad, visando destruir as bases da resistência ao imperialismo/sionismo, verifica-se na declaração do Ministro de Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita que afirmou que foi destruída sua rota de abastecimento. A derrocada de Al-Assad (festejada como uma “revolução” por muitas correntes ditas de marxistas) pôs de relevo o prognóstico do PPRI (“Revisionismo teórico e reacionarismo político caracterizam a posição da LIT-QI sobre a Síria”, nota publicada no OI nº 23) de que Al-Assad foi derrubado para fazer da Síria um campo das manobras impe-

rialistas e sionistas contra o Irã. Não agora como ocultar esse fato!

Como assinalamos na Declaração PPRI de 13/05 (“A guerra indo-paquistanesa é mais um elo na luta à morte entre o imperialismo e os estados operários degenerados”, publicada neste jornal na página 23), a guerra entre Índia e Paquistão é parte dessas manobras. Isto porque é “*graças ao Paquistão que a China tem acesso ao Oceano Índico, além de que sua fronteira com Irã cria uma “zona tampão” contra o avanço imperialista para cercar a China pela Ásia, e isola a Índia geograficamente*”. Não é por acaso que “*Trump assinou com o governo indiano um acordo para utilizar a Índia como território de um “corredor energético” de transporte de petróleo através de Israel e Itália, cuja viabilidade econômica e logística depende da China nunca concluir seu próprio projeto*”. Ficou claro então “*que a queda de Al-Assad (Síria) ... os contínuos ataques de Israel ao Hezbollah no Líbano e as tentativas de desestabilização do governo iraquiano dizem respeito ao mesmo objetivo: tomar sob seu controle os países árabes realizando golpes ou preparando guerras para destruir governo e países que se opunham a seus ditames se apoiando na China ou Rússia*”, afirmamos. As tendências bélicas crescem sob impulso do intervencionismo e das guerras internacionalizadas que correspondem aos interesses estratégicos do imperialismo, e transformam-se em elos do choque militar que se prepara entre os estados operários degenerados e aliados, de um lado, com os países imperialistas e seus vassalos, de outro.

Essa tendência mais geral é que vem impulsionando a destruição dos alicerces das democracias formais burguesas na Europa, como demonstramos na nota publicada neste jornal (página 25). A destruição da formalidade democrática burguesa tem por objetivo disciplinar as nações e centralizar seus recursos para as guerras imperialistas. Ao mesmo tempo em que servem ao objetivo de tentar abortar as tendências de

radicalização da luta de classes. A militarização das relações econômicas e políticas ao interior das nações imperialistas é uma ação imposta à burguesia para continuar as guerras europeias realocando maiores quantias de recursos orçamentários e erguer um estado-policial para esmagar a resistência e luta das massas contra a guerra e a destruição de suas condições de vida.

O que deve ficar claro à vanguarda é que o choque de morte entre dois sistemas econômicos antagônicos não será bloqueado indefinidamente com medidas econômicas e diplomáticas; mais cedo ou mais tarde, terá de ser resolvido no campo militar. É isso que explica a instabilidade nas relações políticas mundiais e arrasta como um furacão aos países semicoloniais e oprimidos.

Nosso programa recém-aprovado afirma que vivemos a época em que se acirrou a contradição “*entre as fronteiras e Estados baseados em forças produtivas capitalistas com as economias e Estados onde dominam a propriedade nacionalizada pelas revoluções socialistas, ainda que hoje os Estados Operários estejam profundamente degenerados...*”. E é por isso que “*Não há como o capitalismo dar uma breve sobrevida ao regime burguês em decomposição sem a destruição da economia nacionalizada, regredindo as conquistas proletárias, e sem destruir o Estado Operário derubando a burocracia...*”. Na defesa de suas conquistas históricas em luta contra a burguesia mundial, a classe operária está obrigada a se apoiar na luta de classes e conquistar sua independência de classe, transformando as crises e as guerras em guerra civil contra a burguesias (revolução social) e as burocracias contrarrevolucionárias (revolução política). Ensina o marxismo que a guerra é continuidade da política por outros meios, portanto, os explorados e oprimidos devem travar a guerra civil contra a burguesia e seus governos para abrir caminho a seu programa e estratégia socialistas, única via que livrará a humanidade da barbárie social. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
correnteestudiantilmarxistagloria@proton.me

14 de maio de 2025 / nº 68



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

A guerra indo-paquistanesa é mais um elo na luta à morte *entre o imperialismo e os estados operários degenerados*

A continuação da guerra entre Índia e Paquistão alertam para o crescimento desenfreado das tendências bélicas mundiais. O conflito foi deflagrado pela Índia após acusar o Paquistão de estar por trás da organização e proteção dos jihadistas islâmicos na Caxemira (26/04), em Pahalgam, onde foram assassinados 26 hindus - além de um muçulmano e um cristão. A “Operação Sindoor” foi ativada para atacar “infraestruturas terroristas” no Paquistão. Como parte das hostilidades, a Índia suspendeu o “Tratado das Águas do Indo” (1960) que fornece até 77% d’água usada pelo Paquistão para agricultura e consumo humano. O Paquistão retaliou atacando posições e bases militares indianas.

Segundo o governo de Narendra Modi, a Índia está exercendo seu “direito à autodefesa” perante os ataques terroristas acobertados pelo vizinho país. Os ataques indianos sobre o território paquistanês foi um ato de guerra unilateral, mas é Modi quem está a acusar o Paquistão de “violar” o acordo de cessar-fogo vigente há mais de uma década por “apoiar” os terroristas que realizaram o atentado.

Não há qualquer prova do envolvimento do Paquistão no atentado. Inclusive, seu governo se propôs a participar junto da Índia em uma comissão de investigação com especialistas estrangeiros para determinar a origem e motivos do ataque terrorista. Mas, a Índia rejeitou qualquer envolvimento com o estado “agressor”. Há quem dissesse que o governo índio deixou ocorrer o atentado visando justificar sua política de completa colonização militar da região autônoma da Caxemira. Nesse sentido, foi um claro sintoma as declarações do embaixador de Israel na Índia de reivindicar o “direito à autodefesa” da Índia contra Paquistão (um aliado do Irã) por patrocinar o “terrorismo islâmico”. Foi assim que os genocidas sionistas justificam a limpeza étnica e holocausto dos palestinos para tomar posse de suas terras e recursos. O governo indiano retomou essa retórica sionista ao afirmar que o 26 de abril é para o país, o que o “7 de outubro de 2023” (ataque de Hamas) é para Israel na luta contra o “terrorismo islâmico”.

A presunção de uma operação de “falsa bandeira” (quando um país promove ou facilita uma

operação ainda seja contra seus territórios para justificar seu intervencionismo em outro país) comparece cada vez mais nítida se se observa que na Caxemira há 700 mil soldados indianos que se encarregam de reprimir violentamente a população de maioria muçulmana. Tampouco se explica como um “grupo terrorista” chegou até Pahalgam e retornou ao Paquistão sem serem vistos apesar de ter percorrido ao redor de 200 km. É possível que a resposta indiana ao “ataque terrorista” esteja acobertando uma manobra urdida pelo imperialismo, que pretende utilizar seu aliado indiano como uma peça para combater a influência chinesa sobre o Paquistão e bloquear o “Cinturão e Rota da China” que atravessa Ásia pelo Paquistão. Era parte dessa iniciativa o Iraque, a Síria e o Líbano.

Desde 1955 e em começos de 1990, a Índia foi uma aliada estratégica da URSS e apoiadora da luta palestina. Com o avanço das reformas econômicas exigidas pelo FMI, em 1990, abriu-se um caminho para o capital financeiro aprofundar seu controle da economia nacional. Mudanças que iriam se refletir na política exterior. Não obstante, continuam fortes

os laços comerciais e militares com a Rússia. Esses servem à Índia para obter uma limitada margem de manobra perante o imperialismo e responder aos interesses da burguesia indiana atrelada ao comércio com a Rússia. Entretanto, os EUA estão decididos a que a Índia se separe cada vez mais da Rússia. Disso trata o acordo assinado entre Trump e Modi denominado “Grande Parceria de Defesa EUA-Índia no Século XXI”, que aprofunda a cooperação militar e de venda de material bélico dos EUA. É parte do acordo a importação pela Índia de petróleo e gás dos EUA para “reduzir” o déficit comercial desse país e a construção do chamado “Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa” sob controle dos EUA, em oposição à Iniciativa Cinturão e Rota da China.

Recentemente, Trump assinou com o governo indiano um acordo para utilizar a Índia como território de um “corredor energético” de transporte de petróleo através de Israel e Itália, cuja viabilidade econômica e logística depende da China nunca concluir seu próprio projeto. Resulta evidente ainda que a queda de Al-Assad (Síria) por milícias pró-imperialistas e pró-sionis-

continua →

tas, os contínuos ataques de Israel ao Hezbollah no Líbano e as tentativas de desestabilização do governo iraquiano dizem respeito ao mesmo objetivo: tomar sob seu controle os países árabes realizando golpes ou preparando guerras para destruir governo e países que se oponham a seus ditames se apoiando na China ou Rússia.

A Índia é ainda um membro importante para a estabilidade e expansão do BRICS. Mas, cada vez mais aprofunda seus laços e interesses econômicos com o imperialismo norte-americano. Isso permite a burguesia e governo indianos manobrar para arrancar concessões de ambos os lados. Entretanto, com o acirramento dos choques mundiais essa margem de manobra cede passagem a uma maior e mais ampla subordinação ao imperialismo. Submissão agravada pelo fato da Índia manter uma disputa histórica pelas fronteiras com a China, que é considerada uma “inimiga” por aquele país. Isso explica o apoio dos EUA ao belicismo do governo ultradireitista de Modi, servindo-se desse para realizar suas manobras e para dinamitar os esforços chineses e russo de ampliar sua influência e relações comerciais. Não foi por acaso que dias antes da “Operação Sindoor”, aviões de transporte militar dos EUA aterrissaram perto da Caxemira, o que indicou um claro apoio de Trump ao ataque da Índia. Realizando seus objetivos táticos na guerra indo-paquistanesa, os EUA apertarão ainda mais o cerco pelo sul da Rússia e da China.

O percurso oposto realizou o Paquistão. Duran-

te décadas, permaneceu subordinado aos EUA, assinando inúmeros pactos militares da “Organização do Tratado do Sudeste Asiático” e “da Organização do Tratado Central com os Estados Unidos”. O Paquistão passou assim a servir aos EUA para sua política de “contenção” do “expansionismo comunista” que contava com apoio da Índia. Quando um partido reformista ganhou as eleições e assumiu o governo do país (1971/1977), foi depois derrubado por um golpe de estado financiado e planejado pelos EUA. Durante esse percurso, a economia do Paquistão cresceu apoiada nas rendas extraídas do financiamento imperialista pelo seu apoio às milícias que lutavam contra a URSS, a China e seus aliados. Essa subordinação viria ser desmontada quando os EUA passaram a apoiar mais estreitamente a Índia, já em 1962. A China, com seus bilhões de dólares em ajuda e desenvolvimento em infraestrutura, passou ocupar o lugar de principal parceiro comercial do Paquistão após a guerra da China contra a Índia de 1962. Assim, em 2015, aderiu ao “Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC)” e, posteriormente, ao projeto do “Cinturão e Rota da China” que cria uma infraestrutura logística e de transportes para abastecer 140 países com produtos e bens da China, o que enriquecerá o Paquistão que se verá como intermediário das trocas e do transporte. É também graças ao Paquistão que a China tem acesso ao Oceano Índico, além de que sua fronteira com Irã cria uma “zona tampão” contra o avanço

imperialista para cercar a China pela Ásia, e isola a Índia geograficamente.

Após dias de intercâmbio de ataques, Trump anunciou que Índia e Paquistão acertaram um acordo de cessar-fogo graças à mediação dos EUA. O republicano precisava de uma pausa para poder negociar com o Irã sobre seus planos nucleares, de um lado; e negociar com a Arábia Saudita sua inclusão nos “Acordos de Abrahão” que reatarão as relações diplomáticas entre esse país e Israel, de outro. Nesta segunda-feira, foi aprovada a redução de tarifas comerciais em até 10% entre os EUA e a China.

Apesar do cessar-fogo, as hostilidades continuam. É provável que um novo impulso à guerra seja dado pelos EUA dependendo do curso das negociações e dos acordos comerciais. Em meio da guerra entre as duas nações, fica presa a população da Caxemira. Essa região foi unilateralmente dividida pela Inglaterra após reconhecer a independência nacional do Paquistão e Índia, em 1947. 30% ficou sob controle paquistanês, 50% sob controle indiano e 20% sob controle chinês. A população, que é majoritariamente muçulmana, nunca obteve o direito à autodeterminação, o que incluía fundamentalmente o direito a se reconhecer como parte integrante do país ao qual estava atada sua cultura, religião e idioma. A participação da região colocou ainda sob controle indiano os afluentes d’água da bacia do Indo. O Paquistão precisa “importar” da Caxemira ocupada pela Índia 77% dos recursos hídricos da bacia do rio Indo para

irrigar 90% da produção agrícola de arroz e trigo (25% de suas exportações).

A autodeterminação nacional da Caxemira e seu direito a se unir a qualquer nação pela livre escolha de seus habitantes será definitivamente perdida, caso a guerra continue seu curso de escalada. Pagará com sua opressão colonial caso o proletariado indiano e paquistanês não imponha o fim da guerra e abra caminho à revolução proletária. Sobretudo, depende do proletariado indiano impor a seu governo a retirada completa e incondicional das tropas indianas da Caxemira, garantindo sua liberdade a decidir sobre seus próprios destinos nacionais. Sobretudo, cabe à vanguarda com consciência de classe e forjada no marxismo esclarecer que na guerra espelham-se e refletem-se os choques entre as nações imperialistas, opressoras dos povos, e os estados operários degenerados, onde persiste a economia nacionalizada pelas revoluções, conquistas da classe operária mundial em luta contra a burguesia. A derrota da nação subordinada ao imperialismo é o mal menor na guerra fratricida entre nações semicoloniais. Enquanto a vitória da nação apoiada por um estado operário degenerado significa o enfraquecimento do imperialismo, o que prepara melhores condições para a luta revolucionária na Índia, no Paquistão e também nos países imperialistas ao colocar a alternativa da luta pelo socialismo, ou ver se afundar à humanidade na mais absoluta barbárie que decorre do belicismo imperialista. ●

■ Eleições em Portugal, Romênia e Polônia ■

As eleições europeias reforçam a virada direitista e fascistizante da burguesia europeia diante da crise

Em 18 de maio, foram realizadas eleições em Portugal, Romênia e Polônia. No Portugal, projetou-se a direita nacional-chauvinista de feições fascizantes. Na Romênia, se impôs o candidato da coalizão de governo que fora derrotada nas eleições em que o candidato anti-OTAN, Calin Georgescu, venceu no primeiro turno, mas logo fora cassado após o intervencionismo da Comissão Europeia (CE) para impedir sua vitória no segundo turno. Na Polônia, venceu Karol Nawrocki, da direita nacionalista, derrotando o candidato da Comissão Europeia (CE), do atual governo do primeiro-ministro Donald Tusk.

As três eleições têm em comum a ascensão eleitoral da direita nacionalista contrária à centralização política da CE dirigida por França e Alemanha, e, fundamentalmente, a direitização da política burguesa em Portugal e Romênia, onde venceram os candidatos da CE - graças ao intervencionismo ou à manipulação eleitoral - liberais, socialistas, socialdemocratas e social-cristãos.

PORTUGAL: RETROCESSO DA ESQUERDA E AVANÇO DA DIREITA E ULTRADIREITA

As eleições legislativas em Portugal (18/05) destacam-se pelo avanço da política direitista e retrocesso da esquerda burguesa e "socialista". A *Aliança Democrática* (AD) do primeiro-ministro Luís Montenegro obteve 32,7% dos votos: 160 mil votos a mais que em 2024, obtendo 89 parlamentares - longe da maioria de 116 necessárias para formar governo próprio. O *Partido Socialista* obteve 23,3%, perdendo mais de 300 mil votos e reduzindo seus parlamentares de 77 para 58. A legenda ultranacionalista de direita *Chega* conquistou 22,5% (230 mil eleitores a mais que em 2024), passando de 48 para 58. *Iniciativa Liberal* passou de 5,1% para 5,5% (8 para 9 parlamentares). O *Bloco de Esquerda* (BE) caiu de 4,5% (2024) para 2%, desmoronando dos 5 parlamentares para apenas 1. O *Partido Comunista Português* obteve 3% dos votos (3,3% em 2024) mantendo 3 parlamentares. A legenda

Livre, que defende Israel e apoia a guerra na Ucrânia contra Rússia, cresceu de 3,2% (2024) para 4,2%, de 3 para 6 parlamentares.

O crescimento de AD e a ascensão do *Chega* realiza-se à custa da diminuição dos socialistas e comunistas. A manutenção e ampliação da base de votantes de AD entre eleitores da direita, ocorreu após assumir as posições racistas do *Chega*. Esse, por sua vez, arrastou setores da "esquerda" burguesa e pequeno-burguesa. Uma pesquisa demonstra ainda que muitos dos que se abstinham de votar apoiaram essa legenda. É um indicador da radicalização de setores da pequena burguesia e dos operários mais atrasados que se sentem ameaçados pela imigração. Trata-se de uma modificação profunda em relação às limitadas conquistas sociais e trabalhistas após 50 anos da Revolução dos Cravos. O fracasso do projeto "socialista democrático" com sua subordinação aos ditames da CE acabou aproximando setores das massas às posições reacionárias visando preservar suas condições de vida em meio à desagregação econômica.

A ultradireita e a direita mais reacionárias capitalizam o fracasso do social-reformismo para tomar as bandeiras (de forma deturpada) do crescimento econômico atacando os gastos "improdutivos" de subsídios com os imigrantes e políticas sociais como a causa do descenso do nível de vida. As eleições mostraram, fundamentalmente, que não há um compartimento estanque entre esses partidos. No atual curso da crise, e sem a presença da direção revolucionária, tudo joga a favor da ultradireita nacionalista. Está aí porque o governo da AD terá de "parasitar" o programa do *Chega* para manter a governabilidade. O que lhe exigirá avançar à repressão e criminalização dos movimentos e das lutas.

ROMÊNIA: INTERVENÇÃO IMPERIALISTA PARA IMPOR A VITÓRIA DO CANDIDATO PRÓ-EUROPEU

O primeiro turno das últimas eleições na Romênia deu uma ampla van-

tagem ao nacionalista de direita George Simion (*Aliança para a União dos Romanos*, a AUR), mas, no segundo turno, se impôs Nicusor Dan com 53,6% contra 46,4% de Simion. A Comissão Europeia, eufórica, cumprimentou-o pela vitória. Simion, que inicialmente reconheceu a vitória de Dan, passou a solicitar a anulação das eleições.

//

...
As três eleições têm em comum a ascensão eleitoral da direita nacionalista contrária à centralização política da CE dirigida por França e Alemanha, e fundamentalmente a direitização da política burguesa em Portugal e Romênia, onde venceram os candidatos da CE - graças ao intervencionismo ou à manipulação eleitoral - liberais, socialistas, socialdemocratas e social-cristãos.

As eleições aconteceram após cinco meses da anulação do segundo turno eleitoral que deu a vitória a Calin Georgescu no primeiro turno. Com interferência direta da União Europeia e da CE, Georgescu foi cassado e, assim, foi impedido de assumir um governo que defenderia a não intervenção na Ucrânia. A CE visou impedir ainda a aliança da Romênia com Hungria e Eslováquia, que vêm se opondo à ampliação do orçamento militar para a Ucrânia. Ao golpe de meio ano atrás soma-se o novo golpe institucional. Dizemos que é um golpe porque foi denunciado que os serviços de segurança franceses e alemães teriam exigido apagar das redes sociais arquivos e discursos de Simion, além de impulsionar a Justiça romena a intervir para impedir

continua →

manifestações e comícios que pudessem favorecer o candidato opositor. O fundador do Telegram denunciou que o chefe da inteligência francesa, Lerner, pediu para ele “interferir” nas eleições. À farsa da “interferência russa” nas eleições passadas – que levaram à cassação de Georgescu – seguiu o intervencionismo real dos países imperialistas europeus na Romênia.

POLÔNIA: O CANDIDATO NACIONALISTA E DE ULTRADIREITA SE IMPÕS AO CANDIDATO DA UNIÃO EUROPEIA

No segundo turno das eleições polonesas, realizadas em 1 de junho, com 50,89% dos votos, Karol Nawrocki (*Lei e Justiça*-PiS), foi eleito presidente da Polônia, após vencer o candidato pró-europeu do primeiro-ministro Donald Tusk, Rafał Trzaskowski, da *Coalizão Cívica*, que obteve 49,11%.

A vitória de Nawrocki pode acirrar os choques entre o primeiro-ministro subordinado à União Europeia, e o presidente que tem por objetivo aplicar um rumo mais nacionalista e de ruptura com a centralização dessa. O presidente tem poder de vetar os projetos legislativos e de nomear o primeiro-ministro. Um declarado admirador de Trump, Nawrocki poderá servir aos EUA em seu objetivo de enfraquecer e dissolver os laços políticos e econômicos da Europa. Sua eleição fortalece a Hungria, Eslováquia e outros governos em choque com os ditames da França e Alemanha sobre política econômica, ambiental e direitos humanos e, principalmente, de apoio militar irrestrito para a Ucrânia.

Orbán, presidente da Hungria, Marie Le Pen, de Rally Nacional (da ultradireita francesa), felicitaram Nawrocki como um fortalecimento do espaço nacionalista da Europa contra a burocracia. Sem dúvida, a vitória do nacionalista de direita reforça a ascensão política e eleitoral da ultradireita por

toda Europa. O que acabará se refletindo nas eleições em outros países, a exemplo da França, onde Le Pen foi cassada por meio de um golpe jurídico visando lhe impedir de participar das próximas eleições como favorita.

AS TENDÊNCIAS FASCISTAS SURGEM AO INTERIOR DA DEMOCRACIA E SE FORTALECEM COM SUA DESTRUIÇÃO

Ocorre que a democracia burguesa da Europa se desagrega refletindo a decomposição da economia e unidade capitalistas continentais. No centro desse processo acha-se a continuação da guerra na Ucrânia, que levou à centralização dos recursos retirados das aposentadorias e salários, da cobertura da saúde e educação, do desenvolvimento industrial e social etc. Para cumprir esse plano a burguesia procedeu a centralizar ditatorialmente às democracias dos países do bloco e ameaçando os governos que ensaiem um uma limitada autonomia para decidir sobre seus próprios assuntos.

A guerra imperialista travada contra Rússia e os ataques contra as condições de vida das massas para sustentá-la não precisa da democracia, e sim do autoritarismo e militarização da Europa. Os ditos de governos democrático-burgueses têm avançado nas medidas reacionárias e chauvinistas nos últimos anos, assumindo grande parte da política fascista de seus adversários. Procedendo assim avançaram muito mais a dinamitar a democracia formal, ajudando a abrir uma via à ascensão do fascismo. A guerra comercial com os EUA e a militarização da imigração acelerarão esse processo, do qual se aproveitam os partidos e correntes ultradireitistas e fascistas para se apresentar como os verdadeiros defensores da democracia “destruída” pelos liberais, socialdemocratas, social-cristãos e “ecologistas”.

A LUTA REVOLUCIONÁRIA DAS MASSAS É A ÚNICA VIA PARA BARRAR A BARBÁRIE FASCISTIZANTE

Quanto mais afunda a burguesia europeia na destruição de direitos e salários, mais se apoia na militarização das relações entre as classes. E destruindo a formalidade burguesa ajuda a romper com a ilusão de que essas são a via para as massas resolverem seus problemas. O problema que essa

contradição, que é irresolúvel pela burguesia e seus partidos, poderia projetar a luta de classes se estivesse presente uma direção revolucionária capaz de mobilizar as massas e as dirigir contra a burguesia, seus governos e instituições, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Está aí a explicação de porquê diante da ausência do proletariado organizado no campo de sua independência de classe, e combatendo o reacionarismo burguês com os métodos da luta de classes, se fortalece a tendência política fascista entre frações da burguesia, apoiada no desespero da pequena burguesia arruinada e setores do proletariado ameaçados de serem afundados na barbárie. Esse processo prepara o deslocamento político e ideológico das frações burguesas que ainda se apoiam na democracia formal para as posições fascistas, quando a revolta da classe operária, camponeses, juventude oprimida e pobres e miseráveis da Europa se espalhe contra os governos, ameaçando os lucros e negócios capitalistas. O que projetará a solução ditatorial e fascista para a decadência econômica, descarregando sobre os explorados e oprimidos a mais ampla barbárie.

Como assinalamos na nota “O imperialismo europeu se movimenta para manter a guerra na Ucrânia contra a oposição de governos”, publicada em OI nº 24, de fevereiro deste ano, “a tarefa mais imediata da atual conjuntura é abrir um caminho à luta de classes e construir as direções revolucionárias sob o programa e estratégia proletárias, elevando a luta instintiva e reivindicatória das massas à luta política pela derrota do militarismo e a derrubada da burguesia”. E à ação unificada da burguesia imperialista por cima das fronteiras nacionais se deve opor a “unificação da luta da classe operária europeia, sob um programa unitário pela derrota da burguesia europeia em seu conjunto, esmagando suas tendências fascistas e desenvolvendo a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa, bandeira que se ergue perante o fracasso da unidade capitalista da Europa”. Com a decomposição da democracia e das instituições burguesas mais se faz necessário transformar as guerras e crises em revoluções proletárias. ●

FOLHETO

COMO É (DE FATO) a

RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquirir com nossos militantes!

Os curdos e o PKK: *capitulação da organização diante do imperialismo escancara a impossibilidade de autodeterminação de um povo sem a destruição do Estado burguês.*

 No início de maio, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), organização guerrilheira considerada terrorista pelo Estado turco e pelo imperialismo, anunciou sua dissolução depois de quase cinquenta anos de existência. Seu líder – preso em uma prisão turca desde 1999 – Abdullah Öcalan, argumenta que o partido cumpriu seu “destino histórico” e seu 12º Congresso decidiu pela sua “dissolução da estrutura organizacional” e o “fim do método de luta armada”. O que está por trás dessa notícia?

//

...

O PKK capitulou diante do imperialismo e ao seu Estado vassalo (Turquia) justamente por ter abandonado as teses do socialismo científico.

Os curdos são um povo indo-europeu, isto é, nem árabe e nem turco, habitantes há pelo menos um milênio dos territórios do que hoje são os países Turquia, Síria, Iraque e Irã, no Oriente Médio. É considerada por isso como o maior “nação apátrida” do mundo, com algumas estatísticas dando conta de até 35 milhões de pessoas. A explicação para este fato está no percurso histórico da formação dos estados-nação e na divisão do moribundo Império Otomano pelo imperialismo após a Primeira Guerra Mundial. Nesse processo, aos curdos foi negado o direito de autodeterminação e passaram a ser minoria étnica nos quatro países já mencionados.

Desde então os curdos lutam por maior autonomia dentre destes quatro Estados – ou até pela criação de um Estado próprio, Curdistão – utilizando-se dos mais variados

expedientes e da negociação com as burguesias na intenção de conseguir esses objetivos, expressando diferentes programas e/ou métodos. Muitos grupos, aliás, chegaram a se alinhar várias vezes com o imperialismo (como os curdos no Iraque e na Síria) para derrubar algum governo da região que entravam o expansionismo imperialista, na ilusão de que este os ajudaria a criar um Estado-nação próprio, ou bem lhes forneceria garantias para ampliar sua autonomia.

Inserido neste contexto, mas diferenciando-se dele em vários aspectos, surgiu o PKK na Turquia da década de 1970. O PKK tem uma especificidade em relação a outros grupos e partidos curdos. Enquanto quase todas as organizações curdas são completamente focadas na identidade nacional e cultural curda, o PKK surgiu adotando um suposto discurso “Marxista-leninista”, já deturpado pelo stalinismo, considerando, por exemplo, que “o socialismo científico a única corrente revolucionária de nosso tempo”, que “a aliança operário-camponesa é uma aliança de importância fundamental e uma condição indispensável para o sucesso da ‘revolução democrática nacional’ (stalinismo)”, além defender o “internacionalismo proletário”.

Com o passar das décadas da atuação de guerrilha do PKK no sudeste da Turquia, principalmente, o partido paulatinamente abandonou suas teses iniciais para adotar aquilo que seu líder, Öcalan, denominará como “confederalismo democrático” (posição defendida por Murray Bookchin, que se autointitulava anarquista) onde a destruição do Estado burguês e o internacionalismo foram deixados de lado, e criar-se-iam comunidades autônomas, baseadas na democracia direta, na autogestão e na autodefesa. Com este programa se

encontra o PKK às vésperas de sua dissolução. O que significou potencializar as tendências federativistas de cada fração do povo curdo e projetou sua capitulação ao imperialismo e as burguesias nacionais.

O PKK capitulou diante do imperialismo e ao seu Estado vassalo (Turquia) justamente por ter abandonado as teses do socialismo científico. Ainda que deformado pelo stalinismo, o manifesto inicial de 1978 corretamente apontou que a única maneira de alcançar a tão sonhada autodeterminação é através do internacionalismo proletário e da destruição dos Estados burgueses (imperialistas ou semi-coloniais), constituindo os governos operários e camponeses. Quando o partido abandonou esse programa, e argumentou ser possível a criação de “comunidades autônomas democráticas” cercadas de Estados-nações, sem destruir o regime capitalista, este partido assumiu um programa pequeno-burguês utópico, destinado ao fracasso político e os submeteria ainda mais à burguesia imperialista. Neste sentido, Öcalan está correto quando diz que o PKK cumpriu seu “destino histórico”, pois o destino histórico de uma organização que adota este tipo de programa, fracassado historicamente, é desaparecer ou adaptar-se à ordem burguesa. E essa adaptação é a que se manifesta na política de subserviência ao imperialismo dos curdos na Síria e Iraque. Assim, mais uma vez a experiência histórica demonstra que apenas com os métodos do internacionalismo proletário, da aliança operário-camponesa e da luta de classes, portanto, construindo um partido leninista de quadros revolucionários e com a estratégia e métodos da luta de classes, que será possível abrir caminho à transição ao socialismo, na qual os curdos de fato conquistarão sua autodeterminação. ●

O governo de Milei se curva perante o imperialismo, afundado as massas e a nação oprimidas na miséria

Por um movimento unitário e nacional dos explorados e oprimidos para derrotar os ataques! Abaixo o governo ultradireitista e fora o imperialismo do país!

O FMI acordou com o governo argentino uma nova linha de crédito de US\$ 20 bilhões. Trata-se de um empréstimo para cobrir o pagamento de juros e capital da dívida pública perto de seu vencimento, além de injetar fundos para recuperar as reservas cambiais do país. As “reservas líquidas” (o montante após pagamento das “obrigações” e dívida) eram, até o fechamento do acordo, de US\$ 7 bilhões negativos. Assinado o acordo, o governo ultradireitista de Milei anunciou a decisão de deixar “flutuar” livremente o valor do dólar em sua relação com o peso argentino, resultando na imediata apreciação do dólar em relação ao peso argentino, ou seja, a uma desvalorização desse. O objetivo é criar as condições para que o dólar e o peso possam agir indistintamente como “moeda” de livre curso nacional. Há ainda um objetivo político: equilibrar o déficit que será propagandeado como uma “conquista” em meio à campanha eleitoral legislativa e estadual visando fortalecer o governo e ampliar sua base de apoio.

Os preços dos produtos, insumos, serviços etc. que se consomem produtivamente na indústria ou como bens de consumo (meios de subsistência) já estão dolarizados. Qualquer modificação no preço no mer-

cado mundial se refletirá nos seus preços no mercado interno. O “plano” de Milei comparece como uma adequação do programa de “convertibilidade” já aplicado na década de 1990 pelo governo peronista (direitista) de Carlos Menem. À época, se impôs por lei a paridade artificial de valor de um dólar=um peso. Essa “paridade” se manteve enquanto a economia estava em crescimento, refletindo o crescimento comercial mundial. Ora, para se manter estabilizada a relação dólar-peso nas atuais condições de recessão e desindustrialização, Milei terá de inserir quantidades de dólares suficientes para evitar uma mais rápida e violenta desvalorização, o que levaria acentuar a crise política em que se afunda. A estabilidade do “esquema” somente pode ser garantida reduzindo os ingressos reais dos assalariados, de forma a garantir a transferência de riquezas e ingressos para as mãos do capital financeiro. Esse objetivo tem o empréstimo do FMI: prover à Argentina de fundos para que se cumpram as “obrigações” contratuais de empréstimos anteriores. Em troca, Milei abre caminho às privatizações e ao “equilíbrio” fiscal com cortes orçamentários. Em outras palavras: evita-se o default e se mantém funcionando o esquema estruturado para garantir o parasitismo financeiro contínuo sobre o país.

Milei recorreu nos seus primeiros anos de governo às mesmas medidas econômicas que repudiara: fixação de taxas cambiais para o dólar por meio da intervenção estatal nos mercados financeiros, solicitação de empréstimos e mais empréstimos para “refinanciar” a dívida pública, recorrer a se apoiar nas reservas e intervenção do Banco Central etc. O “anarcocapitalismo” não passa de uma versão caricaturesca das medidas neoliberais de anteriores governos peronistas e direitistas (Ma-

cri). O “programa” de Milei é ainda o mesmo do governo grego da década passada, e que afundou a Grécia na insolvência e levou à destruição dos serviços e empobrecimento nacional para manter os lucros parasitários dos banqueiros da Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI). As consequências para Milei serão as mesmas do governo de Mauricio Macri: os empréstimos acabam financiando o déficit e a fuga de capitais para o exterior, servem para a compra de “títulos soberanos” do Tesouro Nacional (ou seja, mais dívida pública). Assim como o “retorno de capitais” para o país na forma de empréstimos e fundos para compra de empresas estatais. As “reestruturações” da dívida na história argentina nunca serviram ao crescimento econômico, e sim à especulação. Portanto, ao agravamento da desindustrialização e do saque das riquezas, aumentando a opressão nacional.

Os setores mais favorecidos pela política de Milei são os serviços financeiros e mineração que geram pouca receita tributária e contratam pouca mão de obra (4%). Em contrapartida, setores como indústrias de bens de alto valor agregado, construção e comércio, que geram maior receita tributária e contratam até 44% da força de trabalho assalariado no país, tiveram retrocessos. A isso soma-se as crescentes dívidas impagáveis também na agricultura e na agroindústria de exportação, reduzindo ainda mais os ingressos tributários. A Argentina é o maior exportador mundial de óleo e farelo de soja, o segundo maior de milho e o terceiro maior de soja. Mas, os preços da soja e do milho permanecem estagnados. E as exportações de commodities agrícolas e petrolíferas voltam a cair, após uma conjuntural elevação.

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

VOTO

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

A queda da inflação (de 300% no ano passado para 50% neste ano) está sendo apresentada como uma “vitória” da política econômica do governo. Mas, não se reflete em melhoria das condições de vida da maioria nacional oprimida em meio ao descenso do poder de compra do salário e aos aumentos dos preços da cesta básica e serviços. Um exemplo disso é que a liberação dos preços da venda de energia (“desregulamentação” dos preços internos) aumentado os lucros empresariais e empobrecendo as massas, sobretudo, depois da retirada pelo governo dos “subsídios” para compra de energia para famílias pobres, liberando assim novos recursos orçamentários para pagar mais dívida pública. Uma família gasta 42% de seus ingressos para gastos de luz, água, esgoto e transporte. A retirada dos subsídios pode impulsionar uma revolta popular, eis porque o governo decidiu retirar os subsídios de “forma escalonada”: 44% neste ano. Ainda assim, será um duro golpe sobre os ingressos familiares. O poder aquisitivo - medido em poder de compra - está abaixo do de 2023. Os salários reais caíram 12% no setor privado, 20% no funcionalismo público e 30% entre assalariados “informais” (precarizados). A queda na renda dos assalariados foi de 33,5% no mesmo período de tempo. 40% das famílias estão afundadas na extrema pobreza. Dois terços das crianças menores de 14 anos vivem na pobreza.

Enquanto os lucros das empresas e do capital financeiro são garantidos, as massas oprimidas devem gastar mais de seus salários rebaixados para pagar serviços essenciais e reduzir ao mínimo seu consumo de alimentos da cesta básica. Está aí ainda a explicação de porque os 10% de ricos ganham 23 vezes mais do que a maioria pobre - o ano passado era de 19 vezes. Aumento da riqueza que se explica pelo rebaixamento dos salários, da paralisação das obras públicas, do congelamento das aposentadorias e da destruição de direitos. Foi apresentada no Parlamento a proposta de lei chamada “Produtos de Investimento Coletiva de Cesse no Emprego”, ou PICs, em substituição às indenizações patronais por demissão, que estará sob controle da Comissão Nacional de Valores

(CNV). Tratar-se-ia de um “fundo” de aportes patronais e dos assalariados para pagamento das indenizações, além de serem permitidos fundos de investimentos e fideicomissos financeiros. O objetivo de baratear as demissões e colocar seus custos sobre os assalariados ainda mais, enquanto os “fundos de investimento” poderiam usar seus recursos para operações de bolsa. É o retorno da “capitalização” privada do governo de Carlos Menem, desta vez não sobre fundos das aposentadorias, mas sim sobre os “fundos” reunidos para indenizações. Outros projetos do governo ultradireitista em negociações no Congresso são as reformas administrativa e das aposentadorias do FMI, que aumentarão a destruição de direitos (estabilidade) e a idade de aposentadoria. Ou seja, reduzirá os “custos sociais” do estado e empresas liberando mais recursos para subsidiar os capitalistas, os exportadores e o capital financeiro.

“

• • •

A imposição das diretrizes imperialistas em meio ao ascenso da luta de classes somente pode ser imposta destruindo o direito de greve e as liberdades democráticas de manifestação e organização sindicais.

Os ataques contra direitos, empregos e salários têm sido respondidos com greves, manifestações e ocupações de locais de trabalho e estudo. Acirram-se as tendências da luta de classes. Por isso, e objetivando impor seus planos, o governo e a burguesia imperialista precisam atacar e destruir as liberdades de organização e manifestação. Foi aprovado o Decreto 340/25 que declara 60 atividades econômicas como “serviços essenciais” ou “transcendentais”. No caso dos serviços essenciais, é obrigatório manter 70% das atividades do setor funcionando, enquanto sendo “transcendentais” será de 50%. No começo de seu mandato, foi aprovado um decreto que militariza a resposta estatal às greves e manifesta-

ções, permitindo às forças repressivas agirem com métodos terroristas de estado para desativar marchas, esmagar greves, desfazer bloqueios etc. A imposição das diretrizes imperialistas em meio ao ascenso da luta de classes somente pode ser imposta destruindo o direito de greve e as liberdades democráticas de manifestação e organização sindicais.

A “recuperação” fiscal e financeira da qual se vangloria Milei se realiza sobre a base da destruição de forças produtivas e das condições de vida e trabalho das massas exploradas e oprimidas. Mas, também empobrecendo (ou quebrando) um setor dos capitalistas nacionais. Como assinalamos no jornal O Internacionalista nº 26 (abril de 2025), “*o abismo do crescimento da riqueza em mãos de um punhado de capitalistas, enquanto espalha-se a miséria e pobreza da maioria explorada e oprimida*”. O que levava a explodir “*greves, manifestações, ocupações e mobilizações radicalizadas*”, criando as condições para um levante operário e popular radicalizado e de extensão nacional contra o governo e a opressão imperialista contestando o novo acordo saqueador. Nesse sentido, o não pagamento da dívida terá um lugar de destaque junto às reivindicações em defesa dos salários, aposentadorias, direitos e empregos para impulsionar “*um movimento unitário, nacional e baseado na força da ação direta das massas*” que barrarão os ataques. O que exige e coloca a necessidade de convocar uma “*de uma assembleia geral de base e da formação de comitês unitários para lutar, que as massas operárias, camponesas e oprimidas argentinas derrotarão o governo e a burguesia, sob da estratégia da revolução e ditadura proletárias*”.

Com esse conteúdo, sim é possível projetar as greves e manifestações que eclodem por todo o país a se chocarem com o governo e o imperialismo, abrindo uma via à unidade anti-imperialista das massas em luta, as aproximando um passo da estratégia da revolução e ditadura proletárias. A vanguarda com consciência de classe está obrigada a combater a burocracia para que essa via se imponha, passando por cima da colaboração de classe que levam às derrotas e as massas amargarem pobreza e miséria. ●

Burguesias e governos diante do genocídio palestino | **Parte IV**

A burguesia e governos hindus lucram com os massacres de palestinos e pretendem *colonizar a Caxemira com os mesmos métodos e objetivos que Israel em Gaza*

Continuamos com esta publicação uma série de artigos que começamos em O Internacionalista nº 21 (novembro 2024) sobre os movimentos e governos que combatem o genocídio ou o financiam e apoiam. Na primeira nota publicada nesse Jornal (“A burguesia imperialista é a responsável, e as burocracias estalinistas favorecem o genocídio palestino”) mostramos que enquanto o imperialismo apoiava o genocídio visando estender os negócios monopolistas e controlar os países do Oriente Médio, as burocracias dos estados operários degenerados (Rússia e China) deixavam-no acontecer visando preservar sua influência sobre países árabes cúmplices do genocídio. No OI nº 22 (dezembro de 2024) mostramos quais as bases e interesses dos países árabes cúmplices do holocausto palestino (“Países árabes denunciam Israel, mas mantêm relações - econômicas, políticas e diplomáticas - que permitem continuar com o holocausto palestino e libanês, e atacar a Síria e o Irã, que apoiam a resistência em Gaza e no Líbano”). Já no OI nº 24 (fevereiro de 2025), destacávamos o papel dos houthis no combate a Israel e o imperialismo (“A decisão dos houthis de combater o imperialismo e o sionismo, ao lado da resistência palestina, representa um ponto alto na luta contra o holocausto palestino”). Retomamos agora mostrando porque a Índia é um apoio principal de Israel entre os países asiáticos de maioria não-muçulmana.

DO PASSADO ANTICOLONIALISTA E PRÓ-PALESTINO, AO PRESENTE PRÓ-SIONISTA DO NACIONALISMO HINDU

Desde que conquistou sua independência formal, em 1947, e pelo menos até meados de 1990, a Índia apoiou política e diplomaticamente a luta dos palestinos pela sua libertação. A opressão e colonização da

Palestina espelhava sua própria história de genocídio e terrorismo colonialista inglês. A Índia reconheceu a OLP, fundada em 1964, como legítima representação da Palestina, já em 1970, e outorgou “status diplomático” a seus representantes em 1980. Somente quando foram assinados os acordos de Camp David, em 1992, a Índia restabeleceu laços diplomáticos com Israel. Gandhi, que nunca se destacou por sua radicalização política, disse que a ocupação e expulsão de palestinos era um “crime contra a humanidade”. Eis: “eles erraram gravemente ao tentar se impor à Palestina com a ajuda dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, e agora com a ajuda do terrorismo descarado”.

Mas, foram as massas assalariadas e camponesas que mais contribuíram com suas ações para apoiar os palestinos. Sua luta pela libertação representava uma luta anticolonial análoga à que elas protagonizaram contra o brutal e assassino imperialismo britânico. A mesma solidariedade as massas indianas puseram em prática com os boicotes e paralisações que fizeram às exportações e importações da África do Sul enquanto o Apartheid esteve vigente, ou quando apoiaram a luta dos oprimidos vietnamitas contra a opressão francesa e norte-americana. Nas mobilizações de rua se cantavam a viva voz as palavras de ordem “*Meu nome é seu nome, Vietnã, Vietnã*”. Em 1968, quando da visita de Robert S. McNamara, presidente do FMI, deflagraram protestos que impediram sua chegada na cidade de Calcutá, acusando o FMI de envolvimento na morte de vietnamitas e financiamento de armas biológicas.

A solidariedade internacionalista dos explorados indianos com a luta palestina ganhou expressão institucional quando da vitória do Partido Comunista da Índia-Marxista nas eleições para a prefeitura de Calcutá,

que organizou as mobilizações que receberam com honras a Yasser Arafat, em 1990. As massas mobilizadas entoavam a viva-voz “*Palestina livre*” e “*Viva a revolução!*”. A mesma atitude mantiveram as massas quando visitou o país o recém-empossado presidente da África do Sul, Nelson Mandela.

Para os regimes sionista e hindu existe um direito histórico, racial e religioso de povos e nacionalidades consideradas superiores de posar de territórios e deslocar povos “inferiores”. Por isso é que a escalada contra o Paquistão pretende justificar a colonização do território autônomo da Caxemira, de maioria muçulmana. ■

No entanto, após a dissolução da URSS, os partidos comunistas do mundo todo abandonaram definitivamente a retórica comunista e anticolonial para afundar na política burguesa. O avanço à restauração capitalista acelerou o percurso de degeneração do stalinismo, que se alastrava por décadas. O que viria a se refletir nos partidos comunistas nas semicolônias. Em meados de 1990, inclusive os governos ditos “comunistas” de Calcutá, junto dos governos federais, se orientavam a aplicar as contrarreformas exigidas pelo FMI. Abria-se caminho ao controle do capital financeiro sobre a economia nacional, o que passaria a se refletir também na mudança na política exterior na defesa dos interesses gerais do imperialismo.

Em 2014, o Bharatiya Janata Party/BJP (nacionalismo hindu) ganha

as eleições apoiado por partidos direitistas. O país assume na ONU uma posição pró-sionista e de “neutralidade” perante a colonização da Palestina, além da retórica belicista contra o “terrorismo islâmico” desenvolvida pelos EUA para justificar o intervencionismo militar na Líbia, Iraque etc. Em 2017, Modi (BJP) ganha as eleições presidenciais e aprofunda o curso nacionalista e antimuçulmano da política burguesa indiana. Será o primeiro presidente do país a visitar Israel, visita retribuída por Netanyahu meses depois. Modi foi ainda um dos primeiros presidentes a se solidarizar com Israel pelos ataques do Hamas de 07/10/2023, e orientou seus diplomatas a se abster na votação da Resolução 27/10 da ONU visando um cessar-fogo em Gaza.

MILITARISMO SIONISTA E HINDU SE COMPLEMENTAM E SE DESENVOLVEM MUTUAMENTE

A Índia é um dos países que mais compram armamento e tecnologia militar israelense. Em 2000, a Índia assinou um contrato com a *Israel Aircraft Industries* para a compra dos Sistemas de Mísseis Barak 1. Em 2010, consolidam-se os laços econômicos ao redor das exportações e importações de equipamentos bélicos. Israel é hoje o terceiro maior exportador de armas para a Índia, depois da Rússia e França. A burguesia indiana também ampliou seus negócios com Israel em áreas de transporte (Adani, o bilionário indiano, e próximo de Modi, pagou US\$ 1,2 bilhão para adquirir o porto de Haifa) e energéticas, aumentando as exportações de petróleo e seus derivados em 3,5 vezes, de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 5,5 bilhões. Nessa época, o crescimento das exportações da Índia para Israel passou de 35% para 77%.

Entre 2014 e 2024, a Índia importou US\$ 2,9 bilhões em armas desde Israel (42% de todas as exportações militares israelitas tiveram como destino a Índia). As armas e tecnologias utilizados no genocídio dos palestinos foram e são usados contra a população muçulmana da Caxemira. Na guerra com o Paquistão de abril/maio deste ano, drones suicidas Harop israelenses (da *Israeli Aerospace Industries*) foram lançados

contra aquele país. São ainda os mesmos drones usados pelo Azerbaijão nas últimas três guerras em Nagorno-Karabakh visando colonizar o território de maioria nacional armênia. Também foram usados pela milícia HTS contra as Forças Armadas Sírias na derrubada de Al-Assad.

Note-se que a indústria bélica israelense tem por principais compradores a governos e movimentos que não apenas praticam limpeza étnica contra populações e povos nativos, mas são ainda aqueles que, de uma forma ou outra, servem de base de manobras ao imperialismo e ao sionismo na Ásia.

NACIONALISMO HINDU E SIONISMO COMPARTILHAM A IDEOLOGIA SUPREMACISTA RACIAL E RELIGIOSA

A eleição do direitista, racista e nacionalista Modi refletiu as tendências mundiais de direitização e fascistização da política burguesa, expressão e resultado da decomposição da economia capitalista. Nessas condições, a burguesia indiana recupera os preconceitos da ideologia “Hindutva” estendida entre as classes e castas dominantes nativas durante a época colonial, que se serviam dela para justificar seu colaboracionismo com o opressor inglês e a separação da população em “castas”. Hoje, servem-se dessa ideologia reacionária para impor a predominância da religião e nacionalidade hindus sobre as minorias nacionais (muçulmanos, cristãos, etc.). Sobre a base desse reacionarismo ergueu-se um estado Policial para esmagar os movimentos autonomistas, a revolta camponesa e das classes oprimidas, as greves operárias etc.

Entre os principais expoentes da “Hindutva” achava-se M. S. Golwarkar que, assim como Weizman (“pai do sionismo”), era um admirador do orgulho racial e nacional dos fascistas da Europa. E assim como o objetivo sionista é construir a “Grande Israel” na base da colonização e expulsão de povos nativos, assim também Golwarkar defendia o projeto da “Índia Indivisa” assumida hoje por Modi, e que devia ser construída expulsando populações e etnias nativas de territórios considerados indianos por direito.

A “diáspora hindu” desempenha um papel importante nessa propaganda nacionalista. Em 2003, o *Comitê Judaico-Americano* (AJC), o *Comitê de Ação Política Americano-Israelense* (AIPAC) e o *Comitê de Ação Política Indiano-Americano* (USINAPAC) realizaram uma plenária conjunta nos EUA visando estabelecer uma “agenda” de interesses comuns. No mesmo ano, o *Conselheiro de Segurança Nacional da Índia*, Brajesh Mishra, disse que existia “uma aliança inabalável de democracias” entre os EUA, Israel e Índia “para combater o terrorismo”. Em 2014, Alpesh Shah, acionista de fundos de investimentos indianos, exigiu a Modi aplicasse a *Lei de Emenda à Cidadania* (2019) que oferece cidadania indiana a não muçulmanos em países de maioria muçulmana, espelhando a aplicação da *Lei do Retorno de Israel* que oferece cidadania israelense a judeus. A política de Modi visa alterar as proporções demográficas contra os muçulmanos assim como o sionismo fez na Palestina. Na mais recente visita de Netanyahu à Índia, Modi organizou manifestações que gritaram “Vida Longa a Israel” e “Vitória ao Hindustão”.

Para os regimes sionista e hindu existe um direito histórico, racial e religioso de povos e nacionalidades consideradas superiores de posar de territórios e deslocar povos “inferiores”. Por isso é que a escalada contra o Paquistão pretende justificar a colonização do território autônomo da Caxemira, de maioria muçulmana. Segundo a tese da “Índia indivisível”, suas terras foram roubadas e “profanadas” por “muçulmanos invasores”. Daí a tendência do governo nacional-chauvinista de Modi de procurar “replicar” os métodos usados pelos sionistas contra os palestinos (ver a Declaração publicada na página 23).

ÍNDIA “EXPORTA” MÃO DE OBRA A ISRAEL

Após 07/10/2023, agravou-se a expulsão e massacres da força de trabalho palestina explorada pela burguesia sionista. O que obrigou a procurar no “mercado de trabalho” outra oferta de mão de obra barata e superexplorada como a dos palestinos. A Índia recorreu então a “exportar” trabalhadores

de seu país para trabalhar nos setores de serviços, construção civil, trabalho doméstico etc. no lugar dos palestinos. A Associação de Construtores de Israel (com negócios bilionários na construção de colônias sionistas em territórios palestinos que foram roubados) agradeceu por diversas vezes a Modi por garantir a Israel 100 mil trabalhadores indianos para continuar seus negócios. Mais recentemente, foi assinado o “Acordo-Marco para Facilitar o Emprego Temporário de Trabalhadores em Setores Específicos do Mercado de Trabalho em Israel” que permite a Israel “importar” a redor de 34 mil trabalhadores para somar-se ao setor da construção civil, e mais 8 mil para funções de “cuidadores”. A “mão de obra” indiana tem ainda como “valor agregado” ter sua origem entre as “castas” segregadas racialmente, o que facilita sua semiescravidão em Israel. Favorece também à burguesia sionista a reforma trabalhista provada por Modi que extinguiu quase todos os direitos trabalhistas entre os operários indianos.

Cada vez mais os sindicatos da Índia se orientam a combater essas medidas do governo fascistizante de Modi. A Federação dos Trabalhadores da Construção Civil da Índia (CITU), por exemplo, aprovou uma resolução em 2023 em que se opõe “frontalmente a qualquer iniciativa desse tipo para enviar trabalhadores indianos para Israel neste momento crucial”. Mas, também avançam com medidas de ação direta contra os interesses econômicos e militares das burguesias sionista e indiana.

Em 2024, houve o bloqueio às exportações de peças para drones israelenses pelos trabalhadores portuários indianos, que emitiram uma declaração conjunta com quatros sindicatos palestinos, afirmando que não seriam “cúmplices” do genocídio em curso. Segundo o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores dos Transportes Aquáticos (WTWF), T. Naraendra Rao, “Se qualquer navio transporta armas ou munições ou carga de armas para Israel, decidimos boicotar.” A Federação Mundial de Sindicatos (FSM) realizou um protesto na capital, em Delhi, em



14/10/2024, condenando a “ocupação mais bárbara e desumana” e expressando “solidariedade inabalável ao povo da Palestina em geral e ao povo de Gaza em particular”. A WTWF, a CITU e FSM decidiram agir após o chamado de quatro sindicatos palestinos aos sindicatos e centrais do mundo todo pedindo por ações práticas para frear o genocídio.

A LUTA DE CLASSES NA ÍNDIA PODE AJUDAR À VITÓRIA DOS PALESTINOS E DOS OPRIMIDOS DA CAXEMIRA

Em dezembro de 2006, no estado de Kerala (então governado por membros do partido comunista indiano) se realizou uma paralisação de 3 horas contra a execução de Saddam Hussein e em protesto contra o intervencionismo imperialista no Iraque. Há um mês atrás, dezenas de milhares de manifestantes protestaram neste mesmo estado em apoio aos palestinos. Estudantes e membros da Federação de Estudantes da Índia foram detidos por protestarem na embaixada israelense em Delhi.

São profundas as raízes históricas do movimento operário internacionalista em luta contra o colonialismo e a opressão nacional. “Entre 1948 e 1994, marinheiros e estivadores de vários países se uniram para boicotar e isolar o regime de apartheid da África do Sul. Os Sindicatos Marítimos Contra o Apartheid (MUAA) foram formados como seções no interior dos sindicatos da Dinamarca, Grã-Bretanha e Austrália”¹. O proletariado

indiano teve um papel chave nesse movimento. Mas, antes disso, já “em 1939, quando a Índia era ainda uma colônia inglesa, deflagraram uma greve, para impedir a navegação dos países colonialistas na Ásia, em defesa dos movimentos anticolonialistas. Em 1945, boicotaram por nove meses os navios da Holanda, em apoio à luta pela independência da Indonésia (ex-colônia da Holanda)”. Agora, o proletariado indiano tem por principal tarefa “atacar as fontes econômicas do sionismo em seu país, paralisando as fábricas que vendem drones para Israel (Adani Defense and Aerospace, que trabalha em parceria com a israelense Elbit Systems)”² e impor ao governo Modi a ruptura dos acordos com Israel, bem como combatê-lo sob a bandeira da autodeterminação da Caxemira.

Porém, o proletariado indiano (assim como o proletariado mundial) está atrasado em sua consciência política porque não conta com sua direção revolucionária capaz de expressar seu instinto em programa socialista, unindo sua ação internacionalista em defesa dos palestinos e os povos oprimidos ao programa revolucionário pela derrota militar do sionismo e da burguesia imperialista com a estratégia e métodos da luta de classes. Ainda assim, o proletariado indiano pode ocupar um lugar de destaque na luta pelo boicote, paralisações e greves contra a burguesia sionista. Romper com a ideologia nacionalista hindu e se unir ao proletariado paquistanês pela derrubada dos governos dos dois lados das fronteiras permitirá à vanguarda marxista-leninista-trotskista fundir a luta pela libertação e autodeterminação da Palestina à da Caxemira contra a opressão nacional. A derrota da burguesia e militarismo indianos sem dúvida firmará a luta do proletariado indiano pela sua emancipação de classe e, sobretudo, criará uma fortaleza para os explorados e oprimidos de toda a Ásia avançar à revolução social e colocar a tarefa da unidade das nações e povos sob uma federação de repúblicas socialistas. ●

1. Ol n° 13, março de 2024, “O proletariado mundial reage contra o genocídio e aponta o caminho para a derrota do sionismo e imperialismo”

2. Ol n° 13, março de 2024, “O proletariado mundial reage contra o genocídio e aponta o caminho para a derrota do sionismo e imperialismo”